

Relatório de Atividades – 2007



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social



Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Relatório de Atividades 2007

Brasília, dezembro de 2007

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Esther Bemerguy de Albuquerque

Secretária Adjunta da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Ângela Gomes

Diretoria de Gestão

Diretor

Ronaldo Kufner

Gerente de Projetos

Raquel de Albuquerque Ramos

Gerente de Projetos

Luiz Carlos Emanuely Osório

Gerente de Projetos

Eduardo Almeida

Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

Diretora

Ana Lúcia de Lima Starling

Gerente de Projetos

Maria França e Leite Velloso

Gerente de Projetos

Rosa Maria Nader

Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

Diretor

Adroaldo Quintela Santos

Gerente de Projetos

Maria Luiza Falcão Silva

Diretoria Internacional

Diretor

Roberto Seara Machado Pojo Rego

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393 • Brasília – DF – CEP: 70150-900

cdes@planalto.gov.br • www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 500 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIB)

C755r

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil) (CEDES).
Relatório de Gestão – 2007 / Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. –
Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e
Social, 2007.
52 p.

1. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – relatório - atividades.
2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – administração. I. Título. II. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CDD – 330.981

SUMÁRIO

Ficha Técnica do CDES.....	5
Apresentação.....	7
Os Consensos do CDES e o Brasil em 2007.....	9
Atividades do CDES Em 2007	15
1. Reuniões do Pleno do CDES.....	19
2. Gt Agenda da Infra-Estrutura Para o Desenvolvimento	26
3. Gt Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel	30
4. Gt Reforma Tributária	33
5. Observatório da Equidade	36
6. Eventos (Fóruns, Colóquios, Workshop e Seminários).....	42
7. Atividades Internacionais.....	46
8. Missões Internacionais	50
9. Publicações.....	52





Ficha Técnica do CDES

Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Relações Institucionais

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselheiros Titulares – Sociedade Civil

Abilio Diniz	João Batista Inocentini	Naomar Monteiro de Almeida Filho
Adilson Ventura	João Bosco Borba	Nelson José Côrtes da Silveira
Amarílio Proença de Macêdo	João Elísio Ferraz de Campos	Oded Grajew
Antoninho Trevisan	João Felício	Paulo Godoy
Antônio Carlos dos Reis (Salim)	João Paulo dos Reis Velloso	Paulo Simão
Antônio Neto	Joênia Batista Carvalho	Paulo Skaf
Arildo Mota Lopes	Jorge Gerdau Johannpeter	Paulo Speller
Artur Henrique	Jorge Nazareno Rodrigues	Paulo Tigre
Bruno Ribeiro	José Antônio Moroni	Paulo Vellinho
Candido Mendes	José Carlos Bumlai	Raymundo Magliano
Cezar Britto	José Carlos Cosenzo	Ricardo Paes de Barros
Clemente Ganz Lúcio	José Lopez Feijóo	Ricardo Patah
Daniel Feffer	José Luís Cutrale	Robson Braga de Andrade
Danilo Pereira da Silva	Joseph Couri	Rodrigo Collaço
Delfim Netto	Juçara Dutra	Rodrigo Loures
Denise Motta Dau	Júlio Aquino	Rozani Holler
Dom Luiz Demétrio Valentini	Laerte Teixeira da Costa	Sérgio Haddad
Enilson Simões de Moura (Alemão)	Lincoln Fernandes	Sérgio Rosa
Fabio Barbosa	Luiz Carlos Delben Leite	Sônia Regina Hess de Souza
Gabriel Ferreira	Luiza Helena Trajano	Tânia Bacelar
Germano Rigotto	Lutfala Bitar	Vicente Mattos
Gustavo Petta	Manoel José dos Santos (De Serra)	Victor Sialy
Horacio Piva	Márcio Lopes de Freitas	Virgílio Costa
Humberto Eustáquio Mota	Maurício Botelho	Viviane Senna
Ivan Zurita	Maurílio Biagi Filho	Zaire Resende
Ivo Rosset	Murillo de Aragão	Zilda Arns
Jackson Schneider	Nair Goulart	

Conselheiros Titulares – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Ministro de Estado da Fazenda
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Ministro de Estado Extraordinário da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo
Presidente do Banco Central do Brasil





Apresentação

Espaço privilegiado de debate entre Governo e sociedade civil, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social trabalhadores, empresários, movimentos sociais e academia vêm construindo, a partir de um diálogo franco e aberto, que busca apreender os diversos pontos de vista, um raciocínio estratégico e propositivo acerca do desenvolvimento do País.

Beneficiando-se da diversidade da sua composição e do compromisso dos Conselheiros e Conselheiras, com suas atividades, o Conselho realiza, além das reuniões plenárias, grupos de trabalho, colóquios, seminários, mesas-redondas e workshops. Nestes eventos o CDES busca envolver instituições públicas e organizações sociais, profissionais e dirigentes do Governo, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, com objetivo de agregar informações e perspectivas, ampliando sua capacidade de aconselhamento do Presidente da República e o alcance dos seus debates.

Neste sentido o Conselho vem e aprofundando a prática de disseminação e aperfeiçoando os mecanismos que permitem o acesso aos conceitos, produtos e resultados do processo de diálogo empreendido pelo Conselho.

Com este relatório das atividades de 2007, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República dá continuidade à sua política de disseminação e acesso. Em um ano de trabalho muito produtivo, este documento, somado às publicações dos anais dos seminários “Reforma Política” e “Novos Indicadores de Riqueza”, aos relatórios do Observatório da Equidade e sobre a Reforma Tributária, colocam à disposição da sociedade brasileira um conteúdo rico para a reflexão sobre temas de relevante interesse nacional, tratados a partir das distintas posições dos sujeitos políticos reunidos no CDES.

José Múcio Monteiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
da Presidência da República





Os Consensos do CDES e o Brasil em 2007

.....



Os Consensos do CDES e o Brasil Em 2007

Em 24 de agosto de 2006 o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) apresentou um conjunto de diretrizes estratégicas de planejamento, denominado Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Abrange um elenco de proposições operacionais com metas físicas e financeiras que, na sua totalidade, apontam de forma concreta para a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis a partir de 2007, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022. No entendimento dos Conselheiros, essas diretrizes poderão ser apropriadas por qualquer Governo, por qualquer partido, por qualquer presidente. Trata-se de uma produção do CDES para o Estado e a sociedade civil. Portanto, só pode ser expressa em um patamar em que os consensos sejam efetivamente majoritários, abordando temas que possam criar as condições políticas para o desenvolvimento com equidade.

Analistas brasileiros e estrangeiros de diferentes perfis ideológicos convergem nas suas previsões de que em 2007 o Brasil apresenta um saldo positivo em seu dinamismo econômico, acompanhando de perto o desempenho favorável da economia mundial. Organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revisaram para cima as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a OCDE “o crescimento não será inferior a 4,8% devido à aceleração dos investimentos e do consumo privados, apoiados por uma progressão do crédito e das rendas e do robusto crescimento das exportações e do saldo comercial”. Prevê, ainda, crescimento com inflação em torno de 4,0% (abaixo do centro da meta de 4,5% determinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN) e melhoria dos indicadores sociais.

A respeito dos principais indicadores da economia para 2007, os Conselheiros do CDES preconizavam há quinze meses, um crescimento do PIB em torno de 5% a.a., taxa de juros reais de 8% (SELIC menos IPCA), superávit primário mantido em 4,25%, inflação sob controle respeitando o sistema de metas anuais, aumento real do salário mínimo para R\$ 368,00, geração de empregos num ritmo superior a 150 mil novas ocupações por mês, expansão do crédito para um percentual mínimo de 50% do PIB até 2010, e aceleração dos gastos com investimentos para assegurar uma Formação Bruta de Capital Fixo em torno de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. Finalmente, a redução gradual da carga fiscal de forma a convergir para cerca de 33% do PIB, no prazo de cinco anos.

O que mostram os dados de performance da economia brasileira no final de 2007? O crescimento econômico, de acordo com previsões de inúmeros analistas, poderá atingir o patamar de 5%; taxa Selic real inferior a 7,3%; taxa de juros de longo prazo em torno de 6,25%; meta de superávit primário alcançada antecipadamente, em outubro/2007; salário mínimo de R\$ 380,00 desde abril/2007, superior a US\$ 200 dólares; mais de 174 mil novas ocupações criadas por mês, sendo gerados mais de 1,5 milhões de empregos com carteira assinada, ao longo do ano corrente; aumento da massa salarial e dos rendimentos do trabalho e acréscimo no volume de crédito atingindo um montante equivalente a 37% do PIB. A Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, o nível de investimentos, será superior a 12% no ano em relação a 2007, aumentando a capacidade instalada das empresas e apontando para a possibilidade concreta de sustentação do ritmo de crescimento nos próximos anos evitando pressões inflacionárias. Todavia, a carga tributária ainda se mantém em patamar elevado, apesar das medidas de desoneração dos investimentos e dos setores de informática. Uma avaliação mais profunda depende dos impactos da Reforma Tributária que deverá ser apreciada pelo Congresso no princípio do próximo ano.

Dentre os enunciados priorizados pelo CDES, destacam-se os investimentos em infraestrutura econômica e social. Investimentos em infra-estrutura econômica (energia, logística,



transportes e recursos hídricos) tinham como objetivo primordial reduzir os custos Brasil, aumentar a competitividade da economia e remover os obstáculos ao crescimento do PIB no médio e longo prazos. Já a expansão da infra-estrutura social (habitação, saneamento, desenvolvimento urbano e transporte coletivo) visava desatar nós críticos de problemas que atingem os mais pobres e, portanto, incidem diretamente sobre a melhoria das condições de vida da população, contribuindo para redução de desigualdades sociais e até mesmo das desigualdades regionais.

No dia 22 de janeiro de 2007, o Presidente da República lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contendo um conjunto de medidas fiscais, de estímulo ao crédito e à melhoria do ambiente de negócios e um expressivo volume de obras físicas nas áreas de infra-estrutura econômica e social, orçado em R\$503,9 bilhões até 2010. Com o PAC o Governo pretendia impulsionar o crescimento da economia em torno de 5% ano até 2010. De imediato os Conselheiros do CDES apoiaram as linhas mestras do PAC, entendendo que esse programa estava alinhado com a agenda de infra-estrutura contida nos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Atualmente, há uma percepção de que o PAC está no rumo certo, mas ainda não alcançou a velocidade desejada pelo Governo e pela sociedade civil. Porém, elevou a confiança dos agentes econômicos na capacidade de crescimento da economia brasileira, resultando em significativo aumento do ritmo de negócios em quase todos os setores da economia, com impactos positivos sobre investimentos domésticos e externos e perspectivas alvissareiras para 2008.

Os Conselheiros identificam como obstáculos ao aumento da velocidade das obras públicas do PAC os problemas vinculados ao excesso de formalismo da legislação, ao excesso de burocracia, à escassez de pessoal qualificado em áreas fundamentais como engenharia e à formulação e gestão de projetos nos três níveis de Governo. Verifica-se uma certa ausência de cultura de investimentos pela prioridade dada nas últimas décadas a políticas de curto prazo de controle de processos inflacionários crônicos. Nos últimos vinte anos o Estado brasileiro se especializou na contenção de gastos para promover ajustes fiscais e assegurar superávits orçamentários, gerando a necessidade de se promover uma rápida mudança cultural na administração pública brasileira para acelerar o investimento com eficiência e eficácia.

Sinais dessa mudança cultural já se manifestam em diversos setores responsáveis pela gestão do gasto público. Há, por exemplo, movimentos no Ministério do Planejamento para reduzir substancialmente o contingenciamento de recursos orçamentários em 2008. Nas áreas finalísticas é importante sublinhar o sucesso do leilão das rodovias federais, os resultados da nona rodada do leilão da Agência Nacional de Petróleo e o leilão da Usina de Santo Antônio vencido pelo Consórcio Madeira Energia (Odebretch Furnas e outros sócios) em 10/12/2007. Apesar das dificuldades legais e operacionais, o PAC já proporcionou efeito positivo sobre os investimentos na construção civil, saneamento e energia elétrica, conforme declaração de dirigentes da Associação Brasileira de Indústria de Elétrica e Eletrônica (ABINEE) ao explicar as principais causas do crescimento de 8% - nesse setor específico - em 2007. Com a aprendizagem e a experiência acumulada no presente ano, é de se esperar que os gastos e investimentos do PAC deverão ocorrer com mais rapidez e intensidade em 2008.

Os Conselheiros do CDES defendem a redução das desigualdades da sociedade brasileira como um pré-requisito para o desenvolvimento. Concretamente, os enunciados pugnavam pela redução mais acelerada do coeficiente de Gini, como indicador de melhor distribuição da renda; aumento do nível de emprego; priorização absoluta da educação; aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); valorização do salário mínimo; reforço dos programas de transferência de renda; aumento dos investimentos em Segurança Pública; continuidade da Reforma Agrária e priorização da agricultura familiar.



Examinando as políticas públicas na área social percebemos uma fina sintonia entre as demandas dos Conselheiros e as iniciativas do Governo Federal em 2007. Por exemplo, o Governo lançou o Programa de Desenvolvimento Educação e conseguiu aprovar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB - para reforçar os investimentos na melhoria da qualidade da educação em todos os níveis. Foi lançado o Programa Nacional de Segurança Cidadã para ajudar os Estados e Municípios a melhorar as ações de segurança pública e reduzir os índices de criminalidade. Mediante acordo com as centrais sindicais foi instituído um dispositivo legal de longo prazo para reajustes reais do salário mínimo (IPCA, acrescido da média de crescimento do PIB dos dois anos anteriores). Houve um reajuste da Bolsa Família e foi ampliado o número de beneficiários. Segundo dados do DIEESE, em 2007, foi batido o recorde de reajustes salariais acima da inflação.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 apontam para uma melhoria da renda dos estratos de renda mais baixa e melhoria gradativa dos indicadores sociais. Ao constatarmos que as políticas sociais foram reforçadas no ano de 2007, e que a economia brasileira apresentou um dinamismo mais forte em relação ao exercício anterior com expressivo aumento do consumo doméstico (6% até novembro), há fortes indícios de que os dados da PNAD deste ano vão revelar a continuidade da melhoria dos indicadores sociais e diminuição das desigualdades regionais. Logicamente, em virtude da grande desigualdade persistente na sociedade brasileira e do alto nível de pobreza da maioria da população estamos muito distantes do Brasil que os Conselheiros e Conselheiras desejam. Contudo, esses indicadores mostram que o desenvolvimento econômico e social já começa a integrar o núcleo das aspirações da sociedade brasileira como um futuro possível.



Atividades do CDES em 2007

.....

- 1 - Reuniões do Pleno do CDES*
- 2 - Gt Agenda da Infra-Estrutura
Para o Desenvolvimento*
- 3 - Gt Bioenergia: Etanol,
Bioeletricidade e Biodiesel*
- 4 - Gt Reforma Tributária*
- 5 - Observatório da Equidade*
- 6 - Eventos (Fóruns, Colóquios,
Workshop e Seminários)*
- 7 - Atividades Internacionais*
- 8 - Missões Internacionais*
- 9 - Publicações*





Atividades do CDES em 2007

O presente relatório tem por finalidade descrever de forma ordenada as atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, ao longo do ano de 2007, a fim de dar conhecimento e fornecer subsídios para a análise dos trabalhos executados.

Ao longo de 2007, a SEDES realizou 54 atividades para o Conselho, uma média de 4,5 atividades por mês, que resultaram em 221 horas de debates, com uma média de presença dos Conselheiros de 70% nas reuniões plenárias.

Ao ingressar no quinto ano de funcionamento, depois de vencidas as etapas de aprendizagem do diálogo social, o CDES passou às definições estratégicas para medidas efetivas em torno do desenvolvimento. As pautas em atividade foram temas dos seguintes Grupos de Trabalho (GTs): Agenda da Infra-Estrutura para o Desenvolvimento, Reforma Tributária, Bioenergia e Reforma Política, sendo este último tema de seminário realizado em junho do ano corrente.

Em 2007, o CDES optou por diminuir o número de reuniões plenárias de cinco para quatro, com o objetivo de aumentar o tempo entre as reuniões, permitindo que os GTs aprofundassem seus trabalhos e pudessem apresentar ao Pleno resultados mais consistentes.

Além disso, outra mudança ocorrida no funcionamento do CDES foi uma maior ênfase em sua atuação internacional, conseqüência, principalmente do fato de ter assumido a presidência da Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS. Esta ampliação da área internacional fez com que fosse criada uma Diretoria Internacional dentro da estrutura da SEDES para coordenar as diversas atividades requeridas.

Em 2007, as reuniões plenárias do CDES tiveram suas pautas baseadas no trabalho realizado pelos GTs em funcionamento. Os Grupos de Trabalho são uma oportunidade de aprofundar o debate sobre determinado tema, qualificando a discussão e possibilitando uma maior chance de se alcançar o entendimento entre os Conselheiros para a formulação de recomendações e pareceres ao executivo.

Este material registra o trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2007 como órgão de aconselhamento da Presidência da República e promotor do diálogo social, com vistas ao desenvolvimento com equidade.

A seguir o relatório apresenta a atuação do CDES ao longo deste ano, com uma síntese das principais atividades e um balanço dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento formulados pelos Conselheiros em 2006.



1. REUNIÕES DO PLENO DO CDES

O CDES realizou quatro reuniões plenárias em 2007, cujos temas foram:

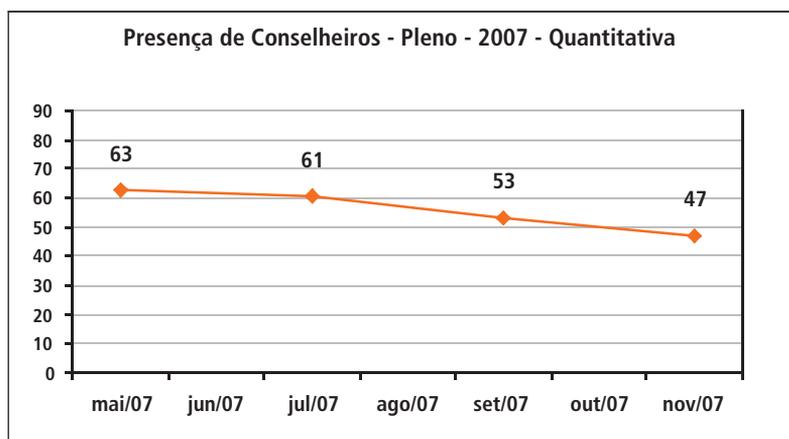
- Diálogo para o desenvolvimento – Posse dos Conselheiros do CDES para o mandato 2007-2008.
- Ação Internacional do CDES, Reforma Tributária e Reforma Política.
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Reforma Tributária e Bioenergia.
- Parecer do Observatório da Equidade – “desigualdades na educação”; Relatório do Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária e Anais do Seminário sobre Reforma Política; expectativas do CDES para 2008.

Durante o ano de 2007, o Pleno do CDES aprovou as seguintes proposições:

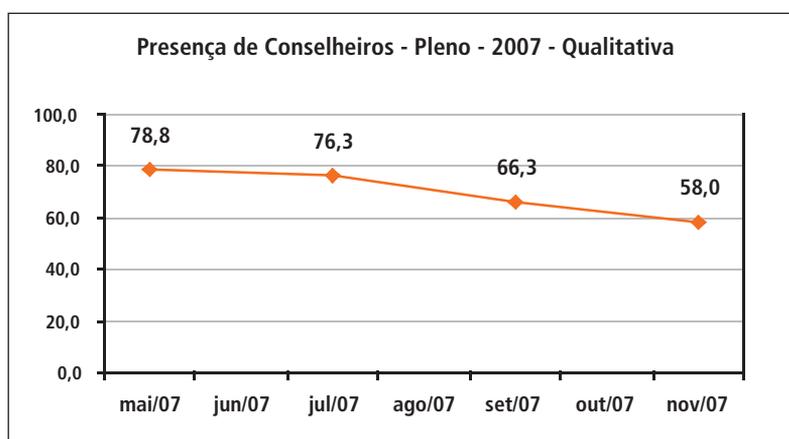
- Instalação do Grupo de Trabalho “Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel”.
- Parecer sobre Reforma Política.
- Relatório do GT Reforma Tributária.
- II Parecer do Observatório da Equidade – Desigualdades na Escolarização no Brasil.

As reuniões plenárias do CDES tiveram as seguintes características:

Presenças dos Conselheiros

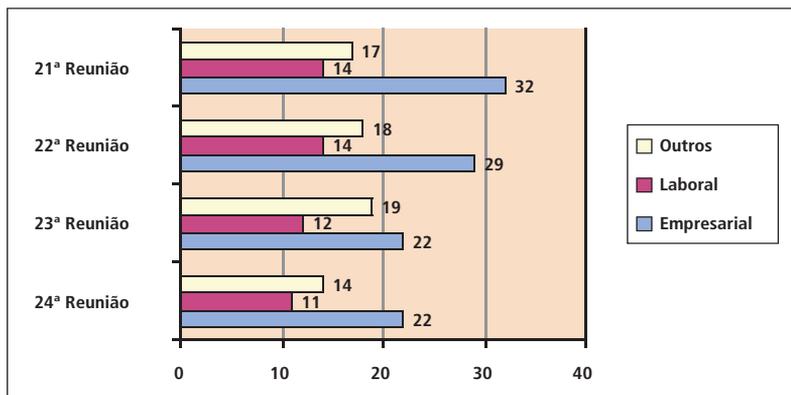


Presenças dos Conselheiros (%)





Presenças dos Conselheiros por setor



Datas e pautas

Plenos do CDES de 2006	Data	Local	Tema/Pauta
1) 21ª Reunião Ordinária	17 de maio	Palácio do Planalto, Salão Oeste	Diálogo para o desenvolvimento: posse dos Conselheiros do CDES para o mandato 2007-2008.
2) 22ª Reunião Ordinária	17 de julho	Palácio do Planalto, Salão Oeste	Ação Internacional do CDES, Reforma Tributária e Reforma Política.
3) 23ª Reunião Ordinária	20 de setembro	Palácio do Planalto, Salão Oeste	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Reforma Tributária e Bioenergia.
4) 24ª Reunião Ordinária	27 de novembro	Palácio do Planalto, Salão Oeste	Parecer do Observatório da Equidade; relatório da Reforma Tributária e Anais do Seminário sobre Reforma Política; perspectivas do CDES para 2008.

21ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

Local: Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF.

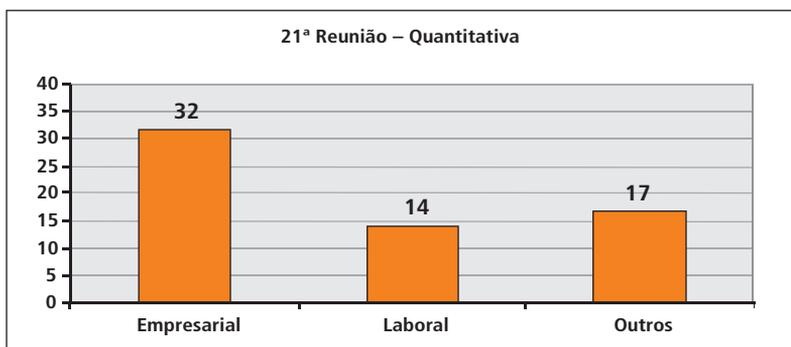
Data: 17/05/2007 de 9h às 13h.

Pauta: “Posse dos Conselheiros para o mandato 2007-2008 e Diálogo para o Desenvolvimento.”

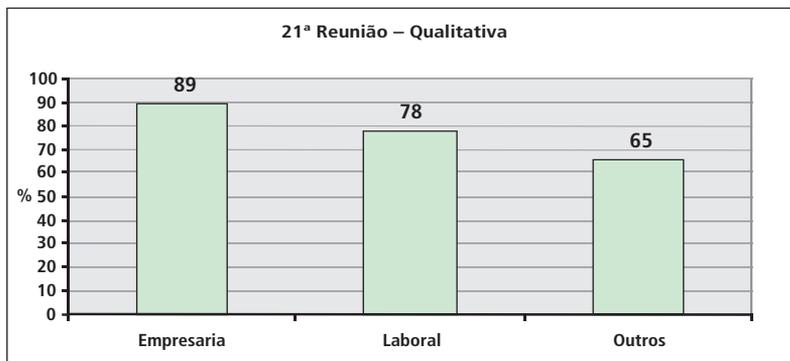
Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou.
- Ministros e Secretários-Executivos: Walfrido dos Mares Guia; Carlos Lupi; Márcio Fortes; Miguel João Jorge Filho; Patrus Ananias; e Tarso Genro.
- Conselheiros CDES (62).
- Convidados (12).

Presenças dos Conselheiros por setor



Percentual de presenças dos Conselheiros por setor



Resumo

O ministro Walfrido dos Mares Guia afirmou ser um privilégio assumir a Secretaria-Executiva do CDES. Na ocasião, tomaram posse os 80 Conselheiros da sociedade civil que formam o CDES, havendo uma renovação de cerca de 46% em relação à última composição do Conselho, buscando um maior equilíbrio regional e de gênero. A partir destes mandatos não haverá mais a figura de suplente de Conselheiro.

Participaram da reunião os ministros Tarso Genro, que foi secretário-executivo do CDES por duas ocasiões e atual ministro da Justiça e Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social. Tarso Genro lembrou de contribuições importantes que o Conselho deu ao Governo, como os “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento” que teve parte de suas sugestões incluídas no PAC. Recomendações do Conselho como a de que o Brasil deveria perseguir a taxa de crescimento de 6% ao ano e a queda na taxa de juros, também foram destacadas. O ministro Patrus Ananias enfatizou a importância das políticas sociais e pediu que o Conselho se concentrasse nestas questões, integrando o desenvolvimento econômico e social.

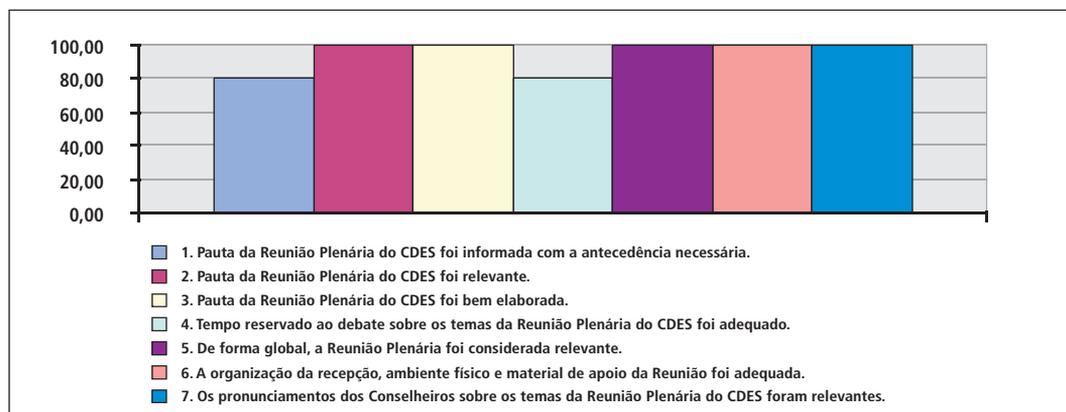
Os novos Conselheiros demonstraram grande entusiasmo em tomar parte do projeto do Conselho e se dispuseram a trabalhar o máximo possível. Os Conselheiros reconduzidos reafirmaram seu compromisso com o CDES.

Em seu discurso, o Presidente da República comentou a importância de o Conselho debater a Reforma Política. Sobre Reforma Tributária, o Presidente pediu empenho da sociedade, afirmando que ela terá apoio do Governo para ser feita.

Durante a reunião os Conselheiros foram informados sobre o andamento dos Grupos de Trabalho do CDES: Reforma Política; Reforma Tributária; e Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento.

Por fim, foi solicitado pelos Conselheiros Arthur Henrique e Nelson Cortês e aprovado pelo Conselho, a instalação do Grupo de Trabalho “Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel”.

Questionário de avaliação 21º Pleno do CDES





22ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

Local: Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF.

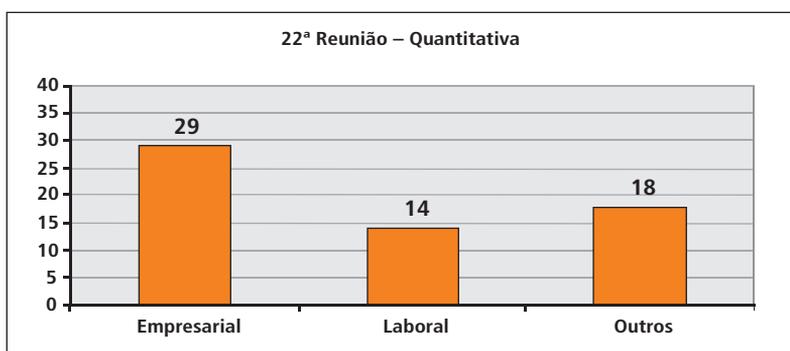
Data: 17/07/2007 de 9h às 13h.

Pauta: “Ação Internacional do CDES, Reforma Tributária e Reforma Política.”

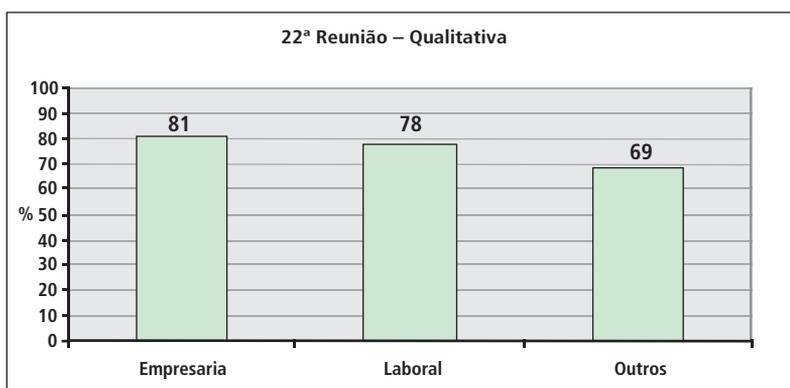
Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou.
- Ministros e Secretários-Executivos: Walfrido dos Mares Guia; Guido Mantega; Jorge Armando Félix; Miguel João Jorge Filho; Paulo Bernardo; e João Paulo Ribeiro Capobianco.
- Conselheiros (61).
- Convidados (67).

Presença dos Conselheiros por setor



Percentual de presença dos Conselheiros por setor



Resumo

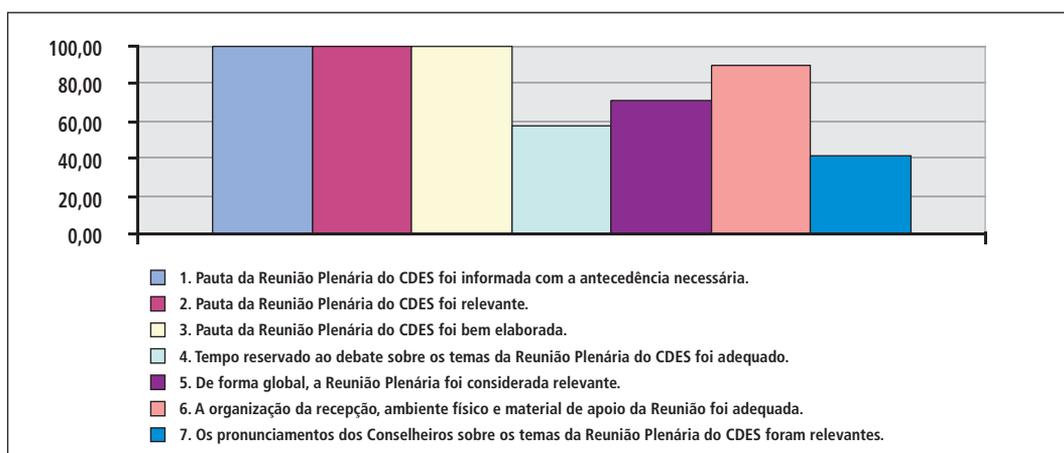
As reformas Política e Tributária e a instalação do Grupo Temático de Biocombustíveis foram os temas em debate na 22ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio do Planalto. Participaram do evento o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros: Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão). O encontro teve, ainda, a presença do presidente do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), Dimitris Dimitriadis. Ele lembrou que a declaração conjunta da primeira Reunião de Cúpula Brasil-União Européia, realizada neste mês em Lisboa, destacou a cooperação entre o CESE e CDES como forma de representar a sociedade civil na parceria estratégica firmada entre Brasil e a UE.

O Presidente da República afirmou que agora é o momento de propor soluções para as reformas do Governo.

Durante a Plenária do CDES, o ministro Paulo Bernardo apresentou as orientações estratégicas do Governo para o Plano Plurianual de Investimentos no período 2008/2011. O ministro Walfrido dos Mares Guia lembrou que as orientações apresentadas estão em linha com a Agenda Nacional de Desenvolvimento do CDES, de acordo com o documento Orientações Estratégicas de Governo, subsídio para a elaboração do PPA, formulado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O documento afirma: “Para pensar nesse horizonte, inspira-se na Visão de Futuro, Valores e Objetivos a Alcançar da Agenda Nacional de Desenvolvimento, definida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços”.

O Grupo de Trabalho da Reforma Política do CDES apresentou uma série de reivindicações durante a reunião: medidas para diminuir corrupção, mudanças no sistema partidário e processos eleitorais e regulamentação de mecanismos já previstos na Constituição, como plebiscito e referendo.

Questionário de avaliação 22º Pleno do CDES: respostas positivas



23ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

Local: Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF.

Data: 20/09/2007 de 9h às 13h.

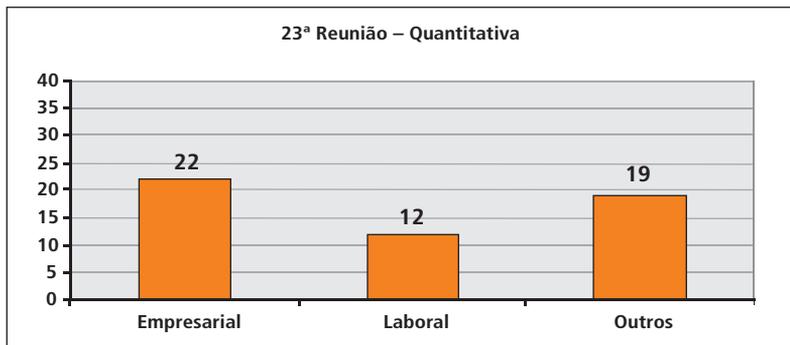
Pauta: “Apresentação do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, pelo ministro da Justiça, Tarso Genro; GT Reforma Tributária e GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel.”

Presenças

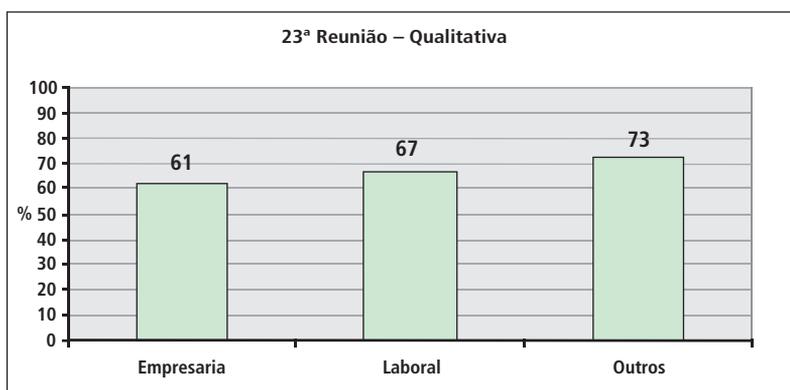
- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou.
- Ministros e Secretários-Executivos: Walfrido dos Mares Guia; Márcia Helena Carvalho Lopes (ministro Patrus Ananias); Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto (ministro Tarso Genro); Márcio Favilla Lucca de Paula (ministro Walfrido dos Mares Guia); Rubem Peixoto Alexandre, Gen. (ministro Jorge Armando Félix, Gen.); e Tarso Genro.
- Conselheiros (53).
- Convidados (36).



Presença dos Conselheiros por setor



Percentual de presença dos Conselheiros por setor



Resumo

A 23ª Reunião Ordinária Plenária do CDES tratou dos temas Reforma Tributária, GT Bioenergia e PRONASCI. Durante a reunião plenária, os Conselheiros discutiram a possibilidade de criar um novo GT para os debates em torno do papel das agências reguladoras e o que poderá ser feito no ano que vem. Além disso, pediram mais ênfase na discussão sobre educação, o que já é feito permanentemente pelo Observatório da Equidade.

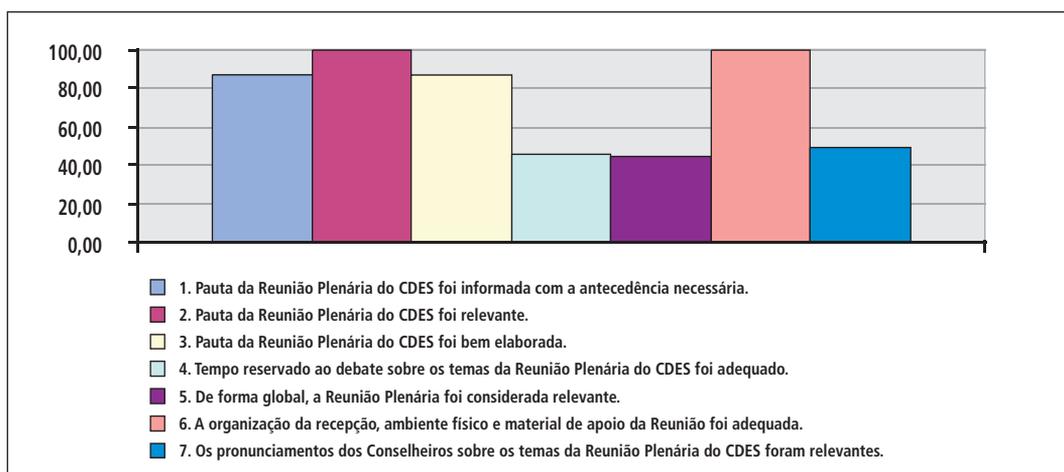
Neste ano, foi criado o GT da Bioenergia, que já tem 33 inscritos e teve sua primeira reunião no dia 16 de agosto, cujo relato foi feito pelo Conselheiro Jackson Schneider para os demais Conselheiros presentes à reunião. Foi informado que o GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento, com 45 participantes, se reunirá no dia 10 de outubro, com o Ministério do Meio Ambiente.

O GT de Reforma Tributária, com 47 inscritos, foi um dos mais atuantes em 2007. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, discutiu com o GT em duas ocasiões o relatório aprovado pelos Conselheiros na 22ª Reunião Ordinária do Pleno, com as sugestões dos Conselheiros para o Projeto de Reforma Tributária do Governo Federal. Os encontros tiveram a presença do secretário de Política Econômica, Bernard Appy, e do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

No entanto, o Conselheiro Germano Rigotto declarou que os membros do GT reivindicam mais reuniões com a equipe da Fazenda para debater, principalmente, as divergências em relação às mudanças tributárias. Segundo ele, os Conselheiros querem conhecer o projeto da reforma antes que este seja enviado ao Congresso. O ministro Walfrido dos Mares Guia afirmou que uma reunião, pelo menos, será feita para debater ponto a ponto o projeto do Governo, caso contrário ele não poderá contar com a chancela do CDES.

Durante sua participação na 23ª Reunião do CDES, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou a viagem que fez aos países nórdicos e à Espanha, declarando que está na hora de o Brasil assumir a sua “maioridade política”. No início da reunião, o ministro da Justiça, Tarso Genro, fez uma apresentação sobre o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), lançado no mês de agosto pelo Governo. O programa articula as políticas de segurança com ações sociais. Segundo Tarso Genro, o projeto, com forte influência das sugestões produzidas pelo Conselho, tem foco na juventude e em medidas de caráter preventivo, que deverão ter impacto positivo nos indicadores de segurança em médio prazo.

Questionário de avaliação 23.º Pleno do CDES: respostas positivas



24ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

Local: Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF.

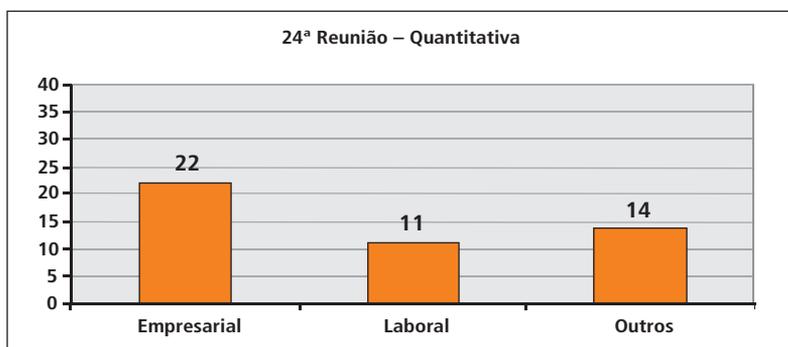
Data: 27/11/2007 de 14h às 18h.

Pauta: “Parecer do Observatório da Eqüidade; Balanço das atividades do CDES em 2007; e Expectativas do CDES para 2008.”

Presenças:

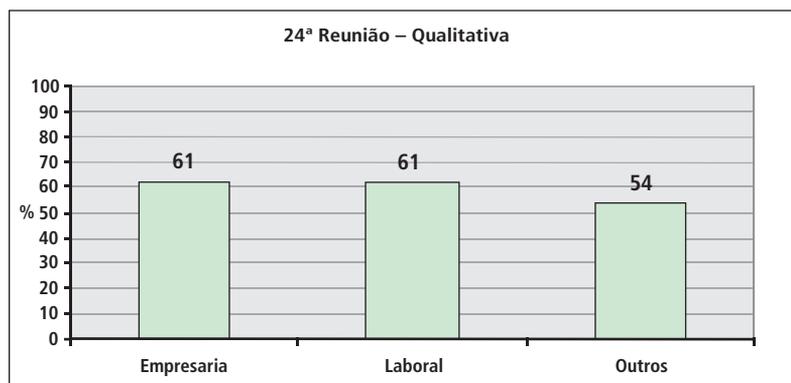
- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou.
- Ministros e Secretários-Executivos: José Múcio; Tarso Genro; Paulo Bernardo; Miguel Jorge; e Jorge Armando Félix.
- Conselheiros (47).
- Convidados: (18).

Presenças dos Conselheiros por setor





Percentual de presença dos Conselheiros por setor



Resumo

A reunião marcou a posse do ministro José Múcio na Secretaria de Relações Institucionais. Teve início com a exposição do Conselheiro Dom Demétrio sobre Reforma Tributária, marcando a entrega ao Conselho dos Anais do “Seminário de Reforma Política” realizado em 14 de junho do ano corrente. O ministro comentou que este é um assunto muito controvertido dentro do Congresso Nacional e propôs que o CDES apresente o Relatório da Reforma Política e os Anais do Seminário na reunião com os presidentes de partidos que será feita no início de 2008.

O Conselheiro Germano Rigotto, coordenador do GT de Reforma Tributária, afirmou que a atual circunstância política fez com que o Governo desistisse de encaminhar o tema ao Congresso em novembro, mas mostrou-se bastante preocupado com o tempo político. Na sua avaliação, se a reforma não for aprovada até maio de 2008, não haverá mais condições de aprová-la.

O Conselheiro Paulo Godoy fez um rápido relato sobre o andamento do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento e colocou em pauta uma proposta de se criar subgrupos para analisarem temas específicos.

Os Conselheiros Clemente Ganz Lúcio e Juçara Dutra apresentaram, respectivamente, o Relatório de Observação nº 2 e o Parecer de Observação nº 2, elaborados pelo Comitê Técnico e Conselho Diretor do Observatório da Equidade, em que as desigualdades na educação brasileira são analisados.

Questionário de avaliação 24º Pleno do CDES: consulta em andamento.

2. GT AGENDA DA INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O Grupo de Trabalho Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento, foi criado em 2006 a partir da necessidade identificada pelos Conselheiros para se resolver os gargalos da infra-estrutura no Brasil, de forma a contribuir para o crescimento sustentável da economia. Em 2007, o GT, que conta com 46 participantes, realizou seis reuniões, sendo um dos mais ativos do Conselho. O objetivo do GT é aprofundar a proposta do CDES de viabilização dos investimentos públicos e privados para a infra-estrutura econômica e social necessários para a retomada do desenvolvimento com equidade.

I Reunião do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: Centro de Treinamento do Banco do Brasil – Brasília/DF

Data: 11/01/2007 de 9h30 às 13h.

Pauta: TCU e MPU – Investimentos em Infra-estrutura.



Presenças: Ministro Tarso Genro; Conselheiros Ademir de Figueiredo (Conselheiro Clemente Ganz Lúcio), Angelim Curiel (Conselheiro Gustavo Carlos Marin Garat), Carlos Alberto de Oliveira Pereira (Conselheiro Antônio Neto), Fernando Xavier Ferreira, Inocêncio Uchoa, João Bosco Borba, Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Luiz Aimberê Soares de Freitas, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Nilson do Amaral Fanini, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Raul Wagner dos Reis Velloso (Conselheiro Gabriel Ferreira), Silvio Rocha Sant'Ana (Conselheira Zilda Arns), Vantuil Gonçalves Junior (Conselheiro Paulo Roberto de Freitas); convidados (26).

Palestrantes: Ministério Público da União: subprocuradores-gerais Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira e Aurélio Virgílio Veiga Rios; Tribunal de Contas da União: Secretário-Geral de Controle Externo Jorge Pereira de Macedo.

Resumo

Os Conselheiros do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento ouviram e debateram com os subprocuradores-gerais Aurélio Rios e Deborah Macedo, e com o Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, Jorge Pereira de Macedo o contencioso existente nas obras de infraestrutura. Na abertura da reunião, o ministro Tarso Genro defendeu a importância do diálogo institucional para se destravar o setor de infraestrutura.

Para Jorge Pereira de Macedo, o pior problema é a fragilidade institucional enfrentada pelo Governo na coordenação e planejamento interministerial com as agências reguladoras. As agências têm orçamento inadequado e contingenciado, tradição de provimento e não de regulação, além de outros problemas. O Secretário do TCU defendeu o fortalecimento das agências reguladoras e dos ministérios setoriais como forma de reduzir os entraves ao crescimento.

Já o subprocurador Aurélio Rios defendeu "mais transparência" no processo de concessão de rodovias. Segundo ele, as tarifas de pedágio "oneram o País, são excessivas". Aurélio cobrou do Governo ações para melhorar as condições das rodovias afirmando que poucas estão em condições de tráfego.

O coordenador deste grupo de trabalho, Conselheiro Paulo Godoy, disse que diálogo institucional deve trazer benefícios e investimentos para o País. Destacou a existência de uma incompreensão muito grande de como se processa a captação de recursos para investimentos no setor da infraestrutura. Segundo ele, o processo de privatização de estradas federais está sendo discutido há mais de cinco anos, e é inaceitável que as instituições brasileiras não tenham encontrado o modelo mais adequado.

O Conselheiro Naomar Monteiro de Almeida Filho sugeriu que tanto os empresários, como o Governo, o TCU e o Ministério Público utilizem a rede e os especialistas das universidades federais e estaduais para auxiliar na tarefa de fiscalização e de encontrar soluções para destravar o setor da infraestrutura. Também a rede das universidades pode ser útil no acompanhamento e monitoramento dos projetos de infraestrutura.

O Conselheiro Carlos Alberto Pereira informou a realização de uma grande manifestação popular em favor do desenvolvimento e do crescimento a taxas de 5% ao ano.

II Reunião GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF.

Data: 13/02/2007 de 15h às 18h.

Pauta: Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento.

Presenças: Ministros Dilma Rousseff, Guido Mantega, Paulo Bernardo, Tarso Genro, Vicente Carlos Y Plá Trevas (Ministro Tarso Genro); Conselheiros Amarílio Proença de Macêdo, Antoninho Trevisan, Antônio Jacinto Matias (Conselheira Milu Villela), Fernando Dall'acqua (Conselheiro Abilio Diniz), Fernando Xavier Ferreira Frank Algot Eugen Svensson, Jefferson José da Conceição (Conselheiro Artur Henrique), João Bosco Borba, Jorge Nazareno Rodrigues, José Mendo Mizael de Souza, Joseph Couri, Lourenço Vieira (Conselheiro Nilson do Amaral Fanini), Martha Regina Coelho Teixeira Lassance (Conselheiro Rinaldo Campos Soares), Maurílio Biagi Filho, Nilson do



Amaral Fanini Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Raul Wagner dos Reis Velloso (Conselheiro Gabriel Ferreira), Silvio Rocha Sant'Ana (Conselheira Zilda Arns), Theodelina Maria Moreira Amado (Conselheiro Frank Algot Svensson). Convidados (22).

Resumo

Participaram da reunião os Ministros Guido Mantega (Fazenda), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão). O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, acredita que o Brasil pode chegar ao déficit nominal zero em 2011. De acordo com os números apresentados, o déficit nominal deverá cair de cerca de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2007, para patamar próximo de 0,2% em 2010. Assim, o resultado seria revertido de déficit em superávit a partir do começo da próxima década.

As mesmas projeções do ministro prevêem que a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB cairá de 48,3%, em 2007, para 39,7%, em 2010. Mas, para isso o Governo conta com expansão econômica de 5% nos próximos anos. Também leva em conta o cumprimento de uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, mas com a chance de abatimento de 0,5 ponto percentual relativo ao Projeto-Piloto de Investimento (PPI).

A Ministra Dilma Rousseff fez um balanço dos principais projetos escolhidos pelo Governo como prioritários e considerados fundamentais para deslançar o desenvolvimento e afirmou que o PAC é uma seleção do que é possível ser feito. A Ministra afirmou ainda que haverá um acompanhamento detalhado dos projetos.

O ministro Paulo Bernardo fez um balanço de medidas que o Governo está tomando para economizar despesas e citou que está em fase final de preparação de um projeto regulamentando a Previdência do servidor público federal. Ele lembrou que o teto para a aposentadoria do serviço público será igual ao da Previdência Social, que hoje é de R\$ 2,8 mil e o funcionário terá de optar por participar de um Fundo de Previdência complementar que está sendo criado. O ministro disse ainda que à medida que os projetos forem aprovados, o Governo terá, nos próximos 10 anos, uma maior previsibilidade nas contas e maior capacidade de investimento, ajudando a diminuir a relação da dívida pública em relação ao PIB e, com isso, consolidar o processo de desenvolvimento sustentável.

III Reunião do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: BNDES, Auditório Reginaldo Treiger, Rio de Janeiro /RJ.

Data: 07/03/2007 de 10h às 13h.

Pauta: Mecanismos de Financiamento da Infra-estrutura no Brasil.

Presenças: Conselheiros Antoninho Trevisan, Fernando Dall'acqua (Conselheiro Abilio Diniz), Jefferson José da Conceição (Conselheiro Artur Henrique), João Bosco Borba, Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Lourenço Vieira (Conselheiro Nilson do Amaral Fanini), Martha Regina Coelho Teixeira Lassance (Conselheiro Rinaldo Campos Soares), Paulo Simão, Silvio Rocha Sant'Ana (Conselheira Zilda Arns). Convidados (18).

Palestrantes: Elvio Gaspar – Diretor de Crédito e Inclusão Social do BNDES (Mecanismos de Financiamento da Infra-estrutura Social e Urbana), João Carlos Cavalcanti – Superintendente da Diretoria de Infra-estrutura do BNDES (Mecanismos de Financiamento da Infra-estrutura Econômica).

Resumo

O BNDES apresentou seus financiamentos para a área de infra-estrutura, incluindo os setores: Energia Elétrica; Gás, Petróleo, Cogeração e outras fontes de energia; Telecomunicações; Transporte e Logística.

No setor de energia elétrica, o BNDES intensificou nos últimos anos o apoio a projetos de investimentos para os segmentos de geração, transmissão e distribuição. O PAC melhorou as condições financeiras, notadamente para geração hídrica. Para o setor de gás e petróleo, houve redução significativa da dependência de petróleo e auto-suficiência alcançada em 2006/2007. Além disso, há necessidade de maximizar e acelerar a produção e a oferta de Gás Natural.



Na área de logística, no setor rodoviário, o BNDES é financiador de 28 das 37 concessões existentes, correspondentes a 10.000 km. No setor ferroviário, houve uma retomada dos investimentos e reestruturação do setor a partir de 2005. No setor de portos, há possibilidade de apoio à melhoria dos acessos marítimo (dragagem) e terrestres.

O Conselheiro José Carlos Bumlai questionou a baixa prioridade do BNDES para o financiamento de projetos na área de biocombustíveis. Em sua opinião o que existe não ajuda o desenvolvimento do setor, porque a linha de financiamento exige contrapartida superior a 20%, garantias pesadas e aval para um produto que pode gerar recebíveis por meio de contratos de longa duração. Ainda, neste rumo, o Conselheiro Antoninho Trevisan afirmou que o BNDES poderia elaborar linhas de crédito mais adequadas para o setor, em vez de tentar enquadrar os tomadores de empréstimo nas linhas atualmente existentes. Para ele, o BNDES não pode continuar atuando como se fosse um agente financeiro privado. Em sua opinião, o BNDES como agente financeiro do desenvolvimento brasileiro deveria criar *Project Finance* para produção de etanol e co-geração de energia, dentre outros produtos mais condizentes com as especificidades do setor.

Sensibilizado pelas posições e propostas dos Conselheiros, o Superintendente de Infra-estrutura do BNDES, João Carlos Cavalcanti, convidou os Conselheiros Antoninho Trevisan e José Carlos Bumlai para uma reunião, a fim de discutir com mais profundidade uma agenda de crédito para a bioenergia e os biocombustíveis. Após esse diálogo com membros do GT Agenda da Infra-estrutura com o BNDES, esse Banco ampliou significativamente suas linhas de financiamento para o setor de bioenergia e biocombustíveis e criou uma superintendência para tratar especificamente deste tema.

IV Reunião do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP.

Data: 14/03/2007 de 14h30 às 18h.

Pauta: Elaboração do Documento Síntese.

Presenças: Conselheiros Antoninho Trevisan, Artur Henrique, Jefferson José da Conceição (Conselheiro Artur Henrique) João Carlos Borges Martins (Conselheiro João Bosco Borba) Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Martha Regina Coelho Teixeira Lassance (Conselheiro Rinaldo Campos Soares) Maurílio Biagi Filho, Nilson do Amaral Fanini Paulo Godoy, Paulo Vellinho. Convidados (3).

Resumo

Durante esta reunião, o GT elaborou um documento com a síntese do trabalho desenvolvido até então. Constatam do documento, os temas debatidos e as proposições apresentadas nas reuniões. São eles: acompanhamento e monitoramento da Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento e, de forma particular, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); melhorar o ambiente de negócios e competitividade enfatizando a Regulação e Concessão de Serviços e obras públicas; Infra-estrutura urbana e social; Energia: financiamento, conservação de energia e biocombustíveis (etanol, bioeletricidade e biodiesel); ampliar a geração e melhorar a qualidade dos empregos gerados pelos investimentos e financiamentos públicos; impacto ambiental e social dos investimentos na área de infra-estrutura; ampliação da participação do setor privado no investimento em infra-estrutura; e mediação de conflitos.

V Reunião do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: Centro de Treinamento Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 13/06/2007 de 14h30 às 17h30.

Pauta: Balanço de realizações do PAC.

Presenças: Ministros Walfrido dos Mares Guia e Dilma Rousseff; Conselheiros Bruno Ribeiro, Danilo Pereira, Gabriel Ferreira, Ivan Zurita, João Bosco Borba, Jorge Nazareno, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Lincoln Fernandes Maurício Botelho Maurílio Biagi, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Rozani Holler, Sérgio Rosa, Vicente Mattos, Virgílio Costa, Zaire Rezende. Convidados (16).

**Resumo:**

Nesta reunião, foi apresentado o primeiro balanço de realizações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento. A Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi responsável pela divulgação do balanço.

O primeiro balanço do Programa de Aceleração do Crescimento, referente ao período de janeiro a abril deste ano, mostrou que o PAC definiu o investimento como prioridade do Governo Federal e começou a criar um ambiente favorável ao crescimento. Além da melhora do ambiente econômico, o acompanhamento dos investimentos do Governo Federal na infra-estrutura logística, energética, social e urbana também apontou resultados positivos.

A ministra Dilma Rousseff destacou a escassez de oferta de serviços e de mão-de-obra qualificada nas áreas de engenharia e de petróleo, o que representa um gargalo para implementação dos projetos. Ao avaliar esse problema, o Conselheiro Sérgio Rosa sugeriu que o Ministério do Trabalho, em articulação com os bancos oficiais e com as entidades do Sistema S, elabore um diagnóstico da carência de serviços. Com base nesse diagnóstico seria elaborado um plano de capacitação e de financiamento visando remover esses óbices.

VI Reunião do GT Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Local: Confederação Nacional do Comércio (CNC), Brasília-DF.

Data: 10/10/2007 de 9h15 às 13h.

Pauta: Infra-estrutura e Meio Ambiente; Crédito Imobiliário no Brasil.

Presenças: Secretário-Executivo João Paulo Capobianco (Ministra Marina Silva); Conselheiros Antônio Carlos dos Reis, Daniel Feffer, Gabriel Ferreira, João Bosco Borba, Joseph Couri, Lincoln Fernandes, Maurício Botelho, Nair Goulart, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Virgílio Costa. Convidados (15)

Palestrantes: João Paulo Capobianco (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente), Conselheiro Paulo Safady Simão e Conselheiro Gabriel Jorge Ferreira.

Resumo

Esta reunião contou com a participação do Ministro interino do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, para debater infra-estrutura e meio ambiente, que destacou a importância do planejamento econômico, social e ambiental das obras de infra-estrutura. Segundo ele, depois de muitos anos de uma agenda pobre em grandes obras, o Estado brasileiro está recuperando aos poucos a capacidade de planejar. De acordo com Capobianco, é na fase do projeto que se identificam as prioridades e os eventuais problemas. Para os Conselheiros, há urgência na realização das obras de infra-estrutura para evitar que gargalos logísticos e energéticos travem o desenvolvimento econômico. Os Conselheiros também cobraram maior agilidade para a obtenção de licenças ambientais. Capobianco lembrou que está em curso o processo de reorganização de órgãos como o Ibama e que o Ministério do Meio Ambiente está se empenhando para tornar o trabalho ambiental mais eficiente.

A segunda fase do encontro foi dedicada ao tema Crédito Imobiliário no Brasil, com manifestações dos Conselheiros Paulo Safady Simão (presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC) e Gabriel Jorge Ferreira (presidente da Federação Brasileira das Financeiras). Para os Conselheiros, o crédito imobiliário avançou no Brasil, mas está bem aquém dos índices verificados em países como México, Chile e Espanha. Segundo eles, a melhoria das condições de compra dos imóveis será uma importante alavanca do crescimento econômico, com impacto positivo na geração de empregos e na melhoria das condições de vida da população (redução do déficit habitacional).

3. GT BIOENERGIA: ETANOL, BIOELETRICIDADE E BIODIESEL

Os Conselheiros interessados no tema realizaram uma reunião prévia para elaborar um Termo de Referência para balizar os trabalhos do novo GT. Trinta e três Conselheiros se inscreveram para



participar do grupo, sob a coordenação do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos. Segundo os Conselheiros, a discussão do assunto é essencial porque os biocombustíveis terão um papel crescente na matriz energética global e nacional como energia limpa e renovável. O objetivo do GT é debater o tema em suas dimensões econômica, ambiental, social, tecnológica e institucional.

GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel - Reunião Preparatória

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP.

Data: 12/07/2007 de 14h30 às 18h.

Pauta: Elaboração do Termo de Referência.

Presenças: Conselheiros Artur Henrique, Bruno Ribeiro, José Carlos Bumlai, Nelson José Côrtes da Silveira. Convidados (2).

Resumo

O Termo de Referência define como objetivos do GT: 1) analisar e propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção dos biocombustíveis e da bioenergia, como fator de promoção do desenvolvimento com equidade; 2) levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas da produção e impactos em relação ao meio ambiente, relações de trabalho, áreas de plantio (produção para biocombustíveis e produção de alimentos); 3) avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, principalmente levando em conta a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço e da palha da cana, o incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação de biocombustíveis; e 4) analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam o acesso ao crédito pelo produtor familiar.

I Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel

Local: Centro de Treinamento do Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 16/08/2007 de 9h30 às 13h.

Pauta: Estado da arte da bioenergia e dos biocombustíveis.

Presenças: Secretário-Executivo Márcio Favilla Lucca de Paula; Conselheiros Arildo Mota Lopes, Artur Henrique, Bruno Ribeiro, Danilo Pereira da Silva, Jackson Schneider, João Bosco Borba, José Antônio Moroni, Lincoln Fernandes, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Speller, Paulo Vellinho, Rozani Holler, Zaire Rezende. Convidados (20).

Palestrantes: Tereza Campello, subchefe adjunta da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; Ângelo Bressan, Diretor do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Arnaldo Campos Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ricardo Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia.

Resumo

A primeira reunião do GT Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel teve como objetivo conhecer o estado das artes do debate e atuação do Governo em relação ao tema e contou com a participação de técnicos do Governo Federal, que apresentaram, a convite do GT, a política nacional dos biocombustíveis com ênfase no etanol e no biodiesel.

Tereza Campello apresentou uma panorâmica de como o Governo está se organizando em relação a esse tema considerado estratégico, empreendendo um esforço que envolve vários ministérios e outros órgãos. Destacou a presença na reunião dos principais profissionais de Governo que vêm trabalhando com a questão da bioenergia, notadamente o bioetanol e o biodiesel. Informou que o Governo vem desenvolvendo esforços em relação a bioenergia, buscando trilhar um caminho sustentável de liderança, em um contexto internacional que vem valorizando crescentemente a pauta, e marcado por variáveis como a demanda por combustíveis; o preço dos energéticos e a questão das mudanças climáticas. O objetivo estratégico brasileiro é consolidar a liderança na área de biocombustíveis de primeira geração e promover investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação para buscar a liderança dos biocombustíveis de segunda geração.



Ângelo Bressan destacou que estamos vivendo um momento novo na área de biocombustíveis. Isso exige novos conceitos e novas idéias. Apresentou dados sobre volume de consumo mundial de combustíveis líquidos, da área cultivada das principais lavouras do Brasil e do mundo e da área necessária para substituição de 10% da gasolina e diesel consumidos mundialmente por biocombustíveis. O Brasil possui muitas terras férteis disponíveis e uma produção de cana praticamente sem usar irrigação. A decisão de utilização de combustíveis baseados em biomassa é irreversível por fatores ambientais; macroeconômicas (preço de petróleo); estratégicas (segurança energética) e micro-econômica (emprego e renda). Destacou os desafios a serem enfrentados: Segurança alimentar X Segurança energética; Crescimento da produção X Preservação ambiental; Renda urbana X Renda rural; Grande produção X Sistema de pequenas propriedades e nível de desenvolvimento rural.

Arnoldo Campos ressaltou que estamos em um momento estratégico de escolher rumos frente aos biocombustíveis e o debate no CDES é muito bem vindo.

Em relação ao Programa do Biodiesel destacou as relações com a renda, os alimentos, a competitividade, a sustentabilidade ambiental, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento regional, o marco legal e a política tributária. Informou sobre o selo combustível social que objetiva regular a relação entre a indústria e os agricultores familiares. Apresentou dados sobre os avanços da relação Biodiesel e agricultura familiar: o mapa da criação de pólos; os resultados dos leilões de Biodiesel; o mapeamento das usinas de Biodiesel vencedoras nos leilões; o mapa da estimativa de contratos baseada nos cinco leilões de Biodiesel; o mapa dos contratos já assinados com agricultura familiar com selo combustível social; a produção de Biodiesel com contratos já assinados – por matéria-prima da agricultura familiar e mapas com zoneamento por cultura.

Ricardo Dornelles apresentou os desafios da política energética, quais sejam: a segurança no suprimento energético de longo prazo; a modicidade dos preços dos energéticos; a manutenção da competitividade da indústria local e a questão das mudanças climáticas e meio ambiente. Os biocombustíveis podem contribuir para responder a esses desafios. Apresentou o mapa atual da produção do álcool combustível no Brasil, com grande concentração no sudeste, em especial em São Paulo, tendo gerado, em 2005, 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos e produzido, em 2006, 17,8 bilhões de litros. Em relação ao biodiesel, fez o histórico do marco legal, desde 2003 e destacou a possibilidade de antecipar os prazos previstos na lei para as percentagens da mistura do biodiesel no diesel, inclusive em relação à capacidade de produção.

O coordenador do GT, Conselheiro Artur Henrique destacou que o Grupo se ocupará de um tema importante para o País e para o mundo e que os seus objetivos estão convergindo com o conceito de desenvolvimento amplo, envolvendo aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, detalhados no Termo de Referência aprovado no Pleno do Conselho. Deverão ser abordadas questões como, os investimentos públicos e privados na cadeia de produção; os impactos em relação ao meio ambiente; relações de trabalho e áreas de plantio; criação de empregos decentes; a regulação no setor; a certificação, a pesquisa e inovação; o zoneamento agrícola e o papel das cooperativas.

II Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel

Local: BNDES, Auditório Reginaldo Treiger, Rio de Janeiro/RJ.

Data: 16/10/2007 de 9h às 12h30.

Pauta: Desenvolvimento da bioenergia e estratégias para os biocombustíveis.

Presenças: Ministro Walfrido dos Mares Guia e secretário-executivo Márcio Favilla Lucca de Paula; Conselheiros Bruno Ribeiro, Clemente Ganz Lúcio, Danilo Pereira da Silva, João Bosco Borba, José Carlos Bumlai, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Júlio Aquino Laerte Teixeira da Costa, Lincoln Fernandes, Nelson José Côrtes da Silveira, Virgílio Costa. Convidados (15).

Palestrantes: Armando Mariante, vice-presidente do BNDES (Financiamento para o Desenvolvimento da Bioenergia e dos Biocombustíveis); José Sérgio Gabrielli de Azevedo –



presidente da Petrobrás (A Estratégia Empresarial da Petrobrás para o Etanol e o Biodiesel); Luiz Antonio Rodrigues Elias – Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (Política de Ciência, Tecnologia e Inovação nas áreas de Bioenergia e Biocombustíveis); Annette Hester – Pesquisadora Sênior da Universidade de Calgary – Alberta – Canadá (Política de Bioenergia e Biocombustíveis no Hemisfério Norte).

Resumo

As apresentações e debates convergiram para a ampliação das linhas de crédito do BNDES visando o estímulo à produção de etanol e co-geração de energia elétrica, investimentos da Petrobrás na produção e comercialização de biodiesel e na logística e transportes de etanol (com foco no comércio internacional), pesquisa em desenvolvimento e inovação tecnologia para o etanol e o biodiesel e a situação do mercado internacional de biocombustíveis. No caso do BNDES, os Conselheiros propuseram a adoção de critérios sociais e ambientais para priorização dos créditos de investimento. Sugeriram que a Petrobrás direcione suas aquisições exclusivamente para fornecedores de biocombustíveis que adotam processos de produção socialmente justos (trabalho decente) e ambientalmente limpos.

Devido ao conteúdo das palestras do presidente da Petrobrás e da Professora Annette Hester focalizando o cenário da produção de biocombustíveis e de combustíveis fósseis em escala nacional e internacional, o eixo dos debates foi ampliado para a matriz energética e para o crescimento da demanda global por energia e combustíveis. Então, os participantes do evento fortaleceram a percepção de que há uma natural imbricação entre combustíveis renováveis e combustíveis fósseis (hidrocarbonetos).

Portanto, em decorrência da complementaridade entre energia renovável e energia não renovável, os participantes entenderam que a discussão da política pública da bioenergia e dos biocombustíveis não pode ficar dissociada da matriz energética (nacional e internacional), do movimento de preços do petróleo e do carvão mineral no mercado internacional e da pressão social pelo aumento do consumo de energia limpa, visando reduzir as emissões de carbono na atmosfera e mitigar os efeitos do aquecimento global.

O próximo passo do Grupo de Trabalho é a realização de um Seminário para aprofundar a discussão do tema e elaborar sugestões para o aperfeiçoamento da política pública no Brasil.

4. GT REFORMA TRIBUTÁRIA

Desde sua criação, em 2003, o CDES tem debatido a Reforma Tributária. Elaborou um documento em que foram destacados os princípios e medidas que deveriam orientá-la. O Conselho decidiu retomar, em 2007, as discussões em torno deste tema, com a formação de um novo Grupo de Trabalho, que conta com 47 Conselheiros inscritos, cuja instalação se deu em 17 de maio.

Antes da finalização do Relatório aprovado em Plenário, o GT realizou seis reuniões, com a participação de membros do Ministério da Fazenda, incluindo o Ministro Guido Mantega.

O GT apresentou um relatório de sugestões no 22º Pleno do CDES e encaminhou-o ao Presidente da República, como contribuição do Conselho ao tema.

Reunião Preparatória GT Reforma Tributária

Local: Palácio do Planalto, 2º andar, Brasília/DF.

Data: 25/04/2007 de 9h às 12h.

Pauta: Reunião Preparatória para elaboração do Termo de Referência do GT.

Presenças: Ministro Walfrido dos Mares Guia; Conselheiros Amarílio Macedo, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Jefferson José da Conceição, José Antônio Moroni, Luiz Carlos Delben Leite, Paulo Simão, Raul Wagner dos Reis Velloso. Convidados (2).

Palestrantes: Germano Rigotto, ex-governador do Rio Grande do Sul.



Resumo

Os Conselheiros, reunidos sob a coordenação do Ministro Walfrido Mares Guia, entenderam que o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária deveria tomar como referência para seus estudos e análises a proposta preliminar que o Ministério da Fazenda apresentou em reunião com o CDES em 13/02/2005 e na recente marcha dos prefeitos, balizados pelos princípios e sugestões contidas no Relatório Consolidado da Reforma Tributária, produzidos pelo CDES em abril de 2003. De acordo com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, há vontade política e um ambiente favorável no Congresso para uma Reforma Tributária mais profunda.

O encontro contou com a presença do ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, convidado a ser Conselheiro a partir deste ano. O objetivo definido para o GT foi avaliar a nova proposta do Governo Federal e elaborar sugestões para seu aprimoramento e aprofundamento, a partir dos interesses dos diversos setores da sociedade brasileira.

II Reunião do GT Reforma Tributária

Local: Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília/DF.

Data: 12/06/2007 de 9h às 12h.

Pauta: Considerações do Ministério da Fazenda.

Presenças: Conselheiros Alair Martins do Nascimento, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Gabriel Ferreira, Germano Rigotto, Humberto Eustáquio Mota, José Carlos Bumlai, Júlio Aquino Lincoln Fernandes, Luiz Carlos Delben Leite, Rozani Holler, Vicente Mattos, Zaire Rezende. Convidados (19).

Palestrante: Bernard Appy, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

Resumo

Representando o Ministério da Fazenda, o secretário de Política Econômica, Bernard Appy apresentou o esboço da proposta de Reforma Tributária do Ministério ao GT da Reforma Tributária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A reunião foi coordenada pelo Conselheiro Germano Rigotto.

Segundo Appy, o plano da Fazenda está sendo debatido com representantes dos Governos estaduais e a intenção da pasta é concluí-lo até agosto, quando deverá ser enviado ao Congresso Nacional. Bernard Appy informou, ainda, que a renúncia decorrente da guerra fiscal entre os estados com o objetivo de atrair investimentos provoca uma perda anual de R\$ 25 bilhões ao ano. O projeto da Fazenda prevê a substituição gradual dos tributos sobre bens e serviços em dois impostos sobre valor agregado: um IVA estadual (que substituiria o ICMS, com cobrança no destino, para evitar guerra fiscal) e o IVA federal (no lugar do IPI, PIS, Cofins e Cide). De acordo com o Conselheiro Germano Rigotto, o Conselho pretende levantar uma série de questões para aprimorar a proposta, como, por exemplo: o que poderá substituir o incentivo fiscal para alavancar o desenvolvimento das regiões.

III Reunião do GT Reforma Tributária

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP.

Data: 04/07/2007 de 10h às 13h.

Pauta: Elaboração do Relatório.

Presenças: Conselheiros Adilson Ventura, Alair Martins do Nascimento, Amarílio Proença de Macêdo, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Arildo Mota Lopes, Danilo Pereira da Silva, Gabriel Ferreira, Germano Rigotto, João Batista Inocentini, João Elísio Ferraz de Campos, Jorge Nazareno Rodrigues, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Laerte Teixeira da Costa, Lincoln Fernandes, Luiza Helena Trajano, Maurício Botelho, Rozani Holler, Vicente Mattos. Convidados (7).

Resumo

O objetivo da reunião foi elaborar o Relatório de Sugestões, baseado nos subsídios passados pelo Ministério da Fazenda, a ser apresentado na 22ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES. Os principais pontos sugeridos pelo GT em seu relatório foram: IVAs Estadual e Federal; Nota Fiscal Eletrônica; Desoneração da Folha de Pagamento; Desoneração da cesta básica, medicamentos e outros bens e serviços essenciais; Desoneração de Investimentos Produtivos; Ampliação da base tributária e combate à informalidade; Adoção de um tratamento tributário adequado ao ato cooperativo;



Desenvolvimento Regional e Recomposição do Pacto Federativo; Guerra Fiscal; Redução Progressiva da CPMF; Reforma Contábil; A questão da criação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs – no contexto da Reforma Tributária; Imposto de Renda de Pessoa Física e atualização de tabelas legais; Impostos sobre grandes fortunas e heranças.

IV Reunião do GT Reforma Tributária

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP.

Data: 03/08/2007 de 10h às 13h.

Pauta: Debate com ministro Mantega sobre as propostas do CDES para a Reforma Tributária.

Presenças: Ministros Guido Mantega, Walfrido dos Mares Guia, Secretário-Executivo Márcio Favilla Lucca de Paula (ministro Walfrido dos Mares Guia); Conselheiros Adilson Ventura, Alair Martins do Nascimento, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Artur Henrique, Daniel Feffer Gabriel Ferreira, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Lincoln Fernandes, Luiz Carlos Delben Leite, Luiza Helena Trajano, Paulo Simão, Ricardo Patah. Convidados (7).

Resumo

O Ministro Guido Mantega (Fazenda) participou da 4ª reunião do GT da Reforma Tributária, coordenada pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. O encontro também contou com as presenças do secretário de Política Econômica da Fazenda, Bernard Appy, e do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Os principais pontos debatidos foram à limitação da carga tributária, a desoneração da folha de pagamentos e a CPMF. Mantega declarou que o Ministério concorda com os Conselheiros em relação à necessidade de realizar uma redução gradual de tributos, começando pela desoneração da folha de pagamentos. Mas declarou que o Governo Federal não pode, neste momento, ameaçar o equilíbrio fiscal por meio de cortes na CPMF. Outro consenso entre o GT e a Fazenda é a unificação de tributos federais e a homogeneização de impostos estaduais, para combater a guerra fiscal. O Conselheiro Antoninho Trevisan questionou a continuidade da tributação sobre bens e serviços de uso das empresas. Em sua opinião, a apropriação desses tributos gera um custo adicional para as empresas com poucos ganhos para o Tesouro. Por sua vez, o Conselheiro Antônio Neto reforçou a posição dos trabalhadores pela manutenção da CPMF e pela desoneração da contribuição patronal para previdência no caso das empresas de serviços e os maiores empregadores.

V Reunião do GT Reforma Tributária

Local: Ministério da Fazenda, São Paulo/SP.

Data: 17/08/2007 de 10h às 13h.

Pauta: Propostas do CDES sobre a Reforma Tributária – continuidade do debate com o Ministro Guido Mantega.

Presenças: Ministros Guido Mantega e Walfrido dos Mares Guia; Conselheiros Adilson Ventura, Amarílio Proença de Macêdo, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Arildo Mota Lopes, Gabriel Ferreira, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Lincoln Fernandes, Luiz Carlos Delben Leite, Luiza Helena Trajano, Paulo Simão, Paulo Tigre, Paulo Vellinho, Ricardo Patah, Rodrigo Loures, Rozani Holler. Convidados (8).

Resumo

Em novo encontro com o GT da Reforma Tributária, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega deu continuidade à rodada de debates sobre as sugestões dos Conselheiros antes que o Governo Federal entregue o projeto de reforma para votação no Congresso Nacional. Segundo o ministro, o esboço do projeto está sendo discutido também em outros fóruns da sociedade, envolvendo governadores e prefeitos. Entre os assuntos debatidos, houve consenso entre os Conselheiros e a equipe da Fazenda sobre a necessidade de reduzir a carga de tributos. A criação de dois IVA (Imposto sobre Valor Agregado), um federal e outro estadual, também agradou o GT. Além disso, houve concordância em relação à necessidade de criar a Nota Fiscal Eletrônica. Mas o Ministro Mantega se mostrou contrário à idéia proposta pelo GT de criar limites constitucionais para a arrecadação tributária. Prefere a desoneração seletiva de impostos sobre bens de capital e investimentos produtivos. O Conselheiro Germano Rigotto elogiou a demonstração de vontade política do Governo em discutir as propostas da reforma.



Não houve tempo para discutir temas correlatos, a exemplo da ampliação das faixas da tabela de imposto de renda para pessoas físicas e a regulamentação do imposto sobre heranças e grandes fortunas.

VI Reunião do GT Reforma Tributária

Local: Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília/DF.

Data: 18/10/2007 de 9h30 às 12h30.

Pauta: Apresentação do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Presenças: Conselheiros Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Arildo Mota Lopes, Gabriel Ferreira, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Laerte Teixeira da Costa, Paulo Speller, Paulo Vellinho, Vicente Mattos, Virgílio Costa. Convidados (6).

Palestrante: Bernard Appy – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Resumo

Durante a reunião, os Conselheiros do GT da Reforma Tributária afirmaram que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária deve ser enviada com agilidade ao Congresso Nacional para que a aprovação ocorra até maio de 2008. O Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que o Ministério da Fazenda pretende mandar o projeto ao Congresso ainda este ano. Na reunião, Appy detalhou o plano do Governo e afirmou que houve muitos avanços nas negociações com os estados, principalmente com vistas ao combate à guerra fiscal. Mas, segundo ele, ainda é necessário aprofundar o debate com os prefeitos sobre implantação do IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo), que, de acordo com a proposta da Fazenda, substituirá o ISS (Imposto sobre Serviços). Segundo os Conselheiros, o ambiente político e macroeconômico é hoje extremamente favorável à realização da Reforma Tributária.

5. OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) visando analisar e acompanhar, de forma mais efetiva, as políticas públicas pela ótica da promoção da equidade criou, em 2006, o Observatório da Equidade. Essa medida tem por objetivo ampliar a capacidade da sociedade civil debater, propor políticas públicas e ações sociais, monitorar, avaliar e cobrar resultados de ações governamentais e não governamentais. Devido à sua importância no contexto nacional e sua presença em todos os segmentos da sociedade, a educação foi o tema selecionado como foco para o 1º Ciclo de Observação e avaliação da metodologia de trabalho a ser desenvolvido.

Atividades do Comitê Técnico

Comitê Técnico - Reunião nº 7

Local: Sala da Biblioteca do Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 16/02/2007.

Presenças: do Comitê Técnico, Jorge Abrahão (IPEA); da Equipe Técnica, Carlos Eduardo Moreno Sampaio (INEP), Jorge Teles (MEC/SECAD) e Ana Isa van Dijk (SEDES); Convidado: Paulo Corbucci (IPEA).

Pauta:

Esclarecer a metodologia de classificação de desempenho da educação pelos indicadores do SAEB para as análises das tabelas do Relatório de Observação.

Produtos:

- Apresentado e discutido com a Presidência do INEP, as necessidades de melhorar a compreensão e o acompanhamento dos indicadores adotados pela SAEB pela sociedade.

Comitê Técnico - Reunião nº 8

Local: Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 08/03/2007 de 10h às 18h.

Presenças: do Comitê Técnico: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Esther Bemerguy (SEDES), Ana Lúcia Sabóia (IBGE) e Jorge Abrahão de Castro (IPEA); da Equipe Técnica, Ana Isa



van Dijk, Ana Lúcia Starling, Anne Braga, Ângela Gomes, Maria Velloso e Rosa Nader (SEDES); Martha Cassiolato e Ângela Barreto (IPEA); Jorge Teles (MEC/SECAD) e Cristiane Soares (IBGE). Convidados (4).

Pauta:

- Avaliar o trabalho realizado sobre Educação;
- Apresentar a proposta da SEDES de observar o processo de desenvolvimento, tendo como referência o PAC e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento e esboço da abordagem metodológica; e
- Retomar a discussão sobre novos indicadores de riqueza, tendo em vista a necessidade de investir na capacitação da rede de observação e na pesquisa.

Produtos:

- Elaboração de proposta de Parecer de Observação – a partir dos indicadores e análises atualizados; e
- Apresentada e discutida a proposta da SEDES de ampliar o foco de observação do Observatório da Equidade: painel de indicadores que permita acompanhar o PAC e políticas importantes para a orientação do modelo de desenvolvimento em torno do eixo da equidade (econômica, fiscal, social, etc.), assim como o debate sobre as reformas consideradas fundamentais pelo CDES – política e tributária.

Comitê Técnico e Equipe Técnica - Reunião Ampliada

Local: Auditório CECAD/Presidência da República, Brasília/DF.

Data: 11/04/2007 de 10h às 18h.

Presenças: do Comitê Técnico, Esther Bemerguy Albuquerque, Ana Lúcia Sabóia, Jorge Abrahão; da Equipe Técnica: Ana Starling, Rosa Nader, Ângela Barreto, Cristiane Soares, Martha Cassiolato, Jorge Teles, Paula Montagner, Rosa Maria F. de Castro e Oliveira. Convidados (16).

Pauta:

- Apresentar e debater o Suplemento de Educação da PNAD 2007; e
- Dar continuidade ao planejamento das atividades do Observatório.

Produtos:

- Decidido a incorporação e a análise do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB e do FUNDEB no 2º relatório de observação visando avaliar as possibilidades e limites destas ações na superação dos problemas identificados na educação, acompanhados pelo Observatório;
- Identificada a necessidade dos atores do Observatório de debater e analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação e Índice de Desenvolvimento da Educação com MEC e INEP; e
- Ampliação do Foco de Observação – promover debates com especialistas sobre construção e análise de matriz de integração de informações e possibilidades de acompanhamento de resultados de programas governamentais (PAC, PPA) na perspectiva da equidade e tendo a AND como diretriz.

Comitê Técnico - Reunião nº 9

Local: sala 101 - Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 16/05/2007.

Presenças: do Comitê Técnico: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE); Esther Bemerguy (SEDES) e Ana Lúcia Sabóia (IBGE); da Equipe Técnica: Ângela Gomes; Ana Lúcia Starling e Rosa Nader (SEDES); convidado: Anna Peliano (IPEA).

Pauta:

- Analisar o processo metodológico adotado e os relatórios produzidos pelos consultores;
- Planejar a continuidade da observação da educação; e
- Definir os formatos a serem adotados para nova edição do relatório de observação.

Produtos:

- Aprovação dos relatórios produzidos pelos consultores;
- Avaliação das atividades desenvolvidas e indicação dos próximos passos; e
- Elaboração da pauta para o Boletim Informativo nº 1 do Observatório da Equidade.



Comitê Técnico - Reunião nº 10

Local: Sala da Biblioteca do Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 27/08/2007.

Presenças: do Comitê Técnico: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE); Esther Bemerguy (SEDES); Jorge Abrahão (IPEA) e Ana Lúcia Sabóia (IBGE); da Equipe Técnica: Ângela Gomes; Ana Lúcia Starling e Rosa Nader (SEDES); Martha Cassiolato e Ângela Barreto (IPEA); Carlos Eduardo Moreno Sampaio (INEP); e Jorge Teles (SECAD/MEC). Convidados (3).

Pauta:

- Preparar o quadro de indicadores do ensino básico a ser adotado pelo OE para acompanhar a execução do PDE / PPA;
- Buscar formas de incorporar a dimensão de equidade na análise das desigualdades na educação escolar; e
- Preparar cronograma de continuidade da análise da educação profissional.

Produtos:

- Estruturada a reunião preparatória para a Oficina de Educação Profissional e Tecnológica que acontecerá em 18/10;
- Definida a estrutura do novo Parecer do Observatório da Equidade; e
- Definido a apresentação de nova leitura de educação básica e profissional para a rede dos Conselheiros.

Comitê Técnico - Reunião nº 11

Local: Sala da Biblioteca do Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 24/09/2007 de 9h30 às 13h.

Presenças: do Comitê Técnico: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE); Ana Lúcia Sabóia (IBGE) e Jorge Abrahão de Castro (IPEA); da Equipe Técnica: Ana Lúcia Starling (SEDES) e Carlos Eduardo Moreno Sampaio (INEP). Convidados (3).

Pauta:

- Preparar a Oficina de Educação Profissional e Tecnológica a ser realizada em 18/10, identificando as várias iniciativas de levantamento de informações referentes ao tema e produzir insumos para Oficina.

Produtos:

- Definido os objetivos / programa da Oficina; e
- Elaboração de quadro de causas e indicadores – MEC / DIEESE / MTE.

Atividades do Conselho Diretor

Reunião do Conselho Diretor

Local: Ação Educativa – São Paulo.

Data: 13/11/2007.

Presenças: Conselheiro Sergio Haddad; da Equipe Técnica: Esther Bemerguy Albuquerque e Ana Lúcia Starling (SEDES). Convidados: (3).

Conselho Diretor e Comitê Técnico – Reunião nº 4

Local: Gabinete Regional da Presidência da República em São Paulo.

Data: 14/11/2007.

Presenças: Conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Jorge Nazareno Rodrigues, Julio Aquino, Zilda Arns e Juçara Dutra; da Equipe Técnica: Esther Bemerguy Albuquerque e Ana Lúcia Starling (SEDES). Convidados: (3).

Pauta:

- Debater com os Conselheiros do CDES e membros do Conselho Diretor do Observatório da Equidade o 2º relatório de observação e colher subsídios para elaboração do Parecer de Observação a ser apresentado para aprovação da última reunião do Pleno, em 27 de novembro de 2007.

Produtos:

- Sugestões para aperfeiçoamento dos indicadores da observação;



- Sugestões para a análise e interpretação dos resultados da observação; e
- Elaboração do conteúdo do Parecer de Observação.

Encontro de Conselho Setoriais Nacionais

I Reunião Preparatória para o evento com os Conselhos Setoriais Nacionais

Local: Sala da Biblioteca do Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 14/08/2007.

Presenças: da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Ângela Gomes, Esther Bemerguy e Rosa Nader. Convidados (3).

Pauta:

- Planejar as atividades para a realização de evento com os Conselhos Nacionais para debater o tema do Desenvolvimento e promoção da equidade no âmbito do Observatório da Equidade.

Produtos:

- Definição dos objetivos do encontro;
- Detalhamento do público-alvo (conselhos envolvidos e número de Conselheiros por conselho);
- Planejamento da metodologia de trabalho a ser adotada (instrumento orientador para reflexão – “questões geradoras”, trabalho em grupos e plenárias);
- Elaboração das “questões geradoras”, temas orientadores sobre desenvolvimento, equidade e inclusão; e
- Formatação do programa do evento (data, local, ordenação das atividades, etc...).

II Reunião Preparatória para o evento com os Conselhos Setoriais Nacionais

Local: Sala da Biblioteca do Anexo I do Palácio do Planalto.

Data: 31/08/2007.

Presenças: da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Esther Bemerguy Albuquerque e Rosa Nader (SEDES). Convidados (3).

Pauta:

- Reunião preparatória para desenhar evento cujo formato possibilite espaço de interlocução que tenha interesse efetivo para os Conselhos Nacionais e potencial para construir visões e estratégias compartilhadas sobre o futuro do País.

Produtos:

- Definição e detalhamento do formato do pré-evento e do evento;
- Elaboração de questionário aos Conselhos pedindo as formulações sobre desenvolvimento e equidade, com base nas conferências e questões estruturantes da área de atuação;
- Participantes por conselho: três (03) representantes sendo um (01) da mesa diretora, um (01) da secretaria-executiva e um (01) do corpo de Conselheiros. Prioridade para representação dos movimentos sociais; e
- Evento desenhado em dois (02) momentos (1. Apresentação inicial e consolidada das questões apresentadas pelos conselhos e 2. Debate sobre indicadores).

III Reunião Preparatória para o evento com os Conselhos Setoriais Nacionais

Local: Auditório de Videodifusão do Palácio do Planalto.

Data: 09/10/2007.

Presenças: da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Cynthia Cavalcanti, Esther Bemerguy Albuquerque e Rosa Nader (SEDES). Convidados (12).

Pauta:

- Buscar integrar os Conselhos Setoriais Nacionais em uma rede de atores que possa potencializar a visão estratégica do desenvolvimento com equidade, onde os temas específicos dos conselhos encontrem possibilidade de expressão e possam ganhar mais peso nas definições macroestratégicas do País; e
- Oferecer uma ferramenta de observação, capaz de sintetizar as várias dimensões do desenvolvimento em uma análise pela ótica da equidade entre populações e territórios do País, considerando as diferenças entre classes sociais, gêneros, etnias e idades.

**Produtos:**

- Divulgação do CDES (foco, metodologia de trabalho e composição) e do Observatório da Equidade entre os representantes dos Conselhos Setoriais; e
- Interação e troca de informações entre os representantes dos Conselhos Setoriais.

Encontro dos Conselhos Setoriais Nacionais

Local: Auditório da FINATEC – Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos da Universidade de Brasília.

Data: 23/11/2007.

Presenças: Conselheiros Clemente Ganz Lúcio, João Bosco Borba, José Antônio Moroni, Naomar Monteiro de Almeida Filho e Zilda Arns; da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Ângela Gomes, Esther Bemerguy Albuquerque e Cynthia Cavalcanti (SEDES); Alexandra do Lago Grazinoli, Antonio Roberto Lambertucci, João Bosco Calais Filho, Kleber Gesteira Matos e Quenes Silva Gonçalves (SG). Convidados (65).

Pauta:

- Construir um espaço de interlocução, formando uma rede de diálogo com os Conselhos Nacionais sobre o processo de desenvolvimento nacional e a construção de alternativas para o Brasil, que considerem a promoção da equidade como critério para a formulação e integração de políticas públicas e ações da sociedade.

Produtos:

- Identificação das demandas iniciais para construção da rede de diálogo com os Conselhos Nacionais – capacitação e formação sobre o tema do desenvolvimento e da equidade; e
- Definida a estratégia para avançar no trabalho de observação do OE, incorporando novas dimensões de análise.

Atividades da Rede de Observação**II Oficina de Educação Profissional**

Local: Ed. Sede III do Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 18/10/2007.

Presenças: Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues; da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Cynthia Cavalcanti, Esther Bemerguy Albuquerque, Maria Velloso e Rosa Nader (SEDES). Convidados (26).

Pauta:

- Avançar na análise das questões relacionadas à educação profissional e tecnológica no Brasil, apresentada no primeiro relatório de observação do Observatório da Equidade, retomando e aprimorando as causas e os indicadores.

Produtos:

- Reformulação do enunciado do problema;
- Rediscussão, reformulação e complementação do quadro de causas;
- Distribuição do material para todos os participantes, para sugestões e críticas; e
- Agendamento de nova reunião para finalização do esquema explicativo e proposta de indicadores.

III Oficina de Educação Profissional

Local: Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília/DF.

Data: 30/10/2007 de 14h30 às 17h.

Presenças: Conselheiros Antônio Neto, Arildo Mota Lopes, Bruno Ribeiro, Juçara Dutra, Laerte Teixeira da Costa, Paulo Speller e Virgílio Costa; da Equipe Técnica: Ana Lúcia Starling, Angela Gomes, Cynthia Cavalcanti e Maria Velloso (SEDES), Convidados (18).

Pauta:

- Dar continuidade aos trabalhos realizados na Oficina de Educação Profissional e Tecnológica; e
- Debater, ouvir sugestões e ampliar o nível de nossa análise com os Conselheiros do CDES.

Produtos:

- Incluídas na observação da educação profissional, as informações produzidas pelo MEC/SETEC;
- Rede de observação especializada em educação profissional fortalecida; e



- Ênfase no processo de incorporação de Conselheiros do CDES e suas respectivas redes nas atividades de observação.

IV Oficina de Educação Profissional

Local: Auditório CECAD/Presidência da República, Brasília/DF.

Data: 05/11/2007.

Presenças: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio; da Equipe Técnica, Cynthia Cavalcanti, Rosa Nader. Convidados (7).

Pauta:

- Formular indicadores e fontes de dados para o acompanhamento da educação profissional, tendo como base o quadro explicativo formulado na oficina de 18/10 e debatido com Conselheiros do CDES em 30/10/2007.

Produtos:

- Indicadores formulados, fontes de dados identificadas e cronograma de envio de dados estabelecidos.

Eventos Públicos

Colóquio Plano de Desenvolvimento da Educação, Indicadores e Acompanhamento

Local: Palácio do Planalto, Sala de Videodifusão, Brasília/DF.

Data: 03/05/2007.

Presenças: Conselheiros: Clemente Ganz Lúcio, Jorge Nazareno Rodrigues, Juçara Dutra e Sérgio Haddad; da Equipe Técnica, Angela Gomes, Esther Bemerguy Albuquerque, Maria Luiza Falcão Silva, Ronaldo Kufner, Rosa Nader e Anne Braga (SEDES); convidados (11).

Palestrantes: André Luiz de Figueiredo Lázaro – Secretário-Executivo adjunto do Ministério da Educação e Reynaldo Fernandes, presidente do INEP.

Pauta:

- Debater com o MEC e o INEP as metas do PDE e os indicadores propostos para monitoramento, com o objetivo de adequar o acompanhamento pelo Observatório da Equidade e Todos pela Educação.

Resumo

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em abril de 2007, pelo Governo Federal e a desigualdade na educação no Brasil foram os principais temas debatidos pelos Conselheiros do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A reunião, coordenada pela Secretária do CDES, Esther Bemerguy Albuquerque, contou com a presença do secretário-executivo adjunto do Ministério da Educação, André Luiz Lázaro e do presidente do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Reynaldo Fernandes.

Em palestra, o secretário do MEC afirmou que o PDE tem quatro eixos básicos: alfabetização, educação básica, educação profissional e ensino superior. O plano prevê a adoção de um índice para medir a qualidade da educação, o IDEB, indicador formado pelo desempenho dos estudantes em provas combinado às taxas de aprovação.

O presidente do INEP afirmou que o IDEB médio do Brasil no ensino fundamental (rede pública e privada) foi de 3,9 em 2005 e que a meta é elevar esse índice para 6 até 2025. O MEC seguirá 28 diretrizes básicas para elevar o IDEB, incluindo foco na aprendizagem, combate à repetência e à evasão escolar, investimento na alfabetização de adultos, plano de carreira para os professores e outras iniciativas.

Workshop Equidade e Desenvolvimento

Local: Centro de Treinamento Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 31/05/2007.

Presenças: Conselheiros José Antônio Moroni, José Carlos Cosenzo, Juçara Dutra, Laerte Teixeira da Costa, Luiz Carlos Delben Leite, Rozani Holler, Sérgio Haddad, Viviane Senna e Zaire Rezende; da Equipe Técnica: Ana Lúcia Starling, Ângela Gomes, Esther Bemerguy Albuquerque, Hilda



Figueiredo de Moraes, Luiz Osório e Rosa Nader (SEDES). Convidados (14).

Palestrantes: Armando de Negri; Ricardo Paes de Barros (IPEA); Francisco de Hollanda Guimarães Ferreira (Banco Mundial); Conselheiro Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Ronaldo Garcia (IPEA); Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ); Conselheira Tânia Bacelar (UFPE) e Conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE).

Pauta:

- Debater o conceito de equidade e o acompanhamento, pelo Observatório da Equidade, de processos de desenvolvimento no País, tendo a equidade como critério de análise.

Resumo

Esse *workshop* buscou avançar no debate sobre o conceito de equidade e o acompanhamento, pelo Observatório da Equidade, de processos de desenvolvimento no País, tendo a equidade como critério de análise. O debate foi organizado em 2 momentos:

- no primeiro momento, com discussão conceitual de equidade; e
- o segundo momento, uma abordagem do tema Equidade e Desenvolvimento, com o objetivo de identificar, dentre as diretrizes traçadas pela AND, possibilidades metodológicas e caminhos para monitorar os impactos de políticas e ações sobre o desenvolvimento.

Colóquio Integração de Informações sobre Políticas Públicas

Local: Centro de Treinamento Banco do Brasil, Brasília/DF.

Data: 01/06/2007.

Presenças: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio; da Equipe Técnica, Ana Lúcia Starling, Esther Bemerguy Albuquerque, Maria Velloso, Rosa Nader (SEDES). Convidados (16).

Pauta:

- Identificar as possibilidades de construção de matriz de integração de informações sobre políticas públicas existentes nos bancos de dados disponíveis.

Resumo

A integração das informações sobre políticas públicas disponíveis nos diversos bancos de dados do Governo foi tema deste encontro realizado pelo Observatório da Equidade. Com vista a subsidiar o debate, a SEDES solicitou aos participantes que apresentassem os bancos de dados, com o foco nos seguintes aspectos:

- Panorâmica dos sistemas de informações disponíveis, priorizando os que trabalham com indicadores de impacto das políticas do órgão;
- Indicadores monitorados: características, regularidade, formas de disponibilização;
- Projetos de cruzamento de informações com objetivos de avaliação / formulação de políticas; e
- Projetos de georeferenciamento de informações – se inclui visão integrada de políticas no território.

Ronaldo Vasconcelos, da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, destacou a necessidade de exprimir, por meio dos bancos de dados, as características regionais do território nacional como forma de combater as desigualdades entre as regiões. Enos Rose, gerente do Projeto do Sistema Nacional de Informações do Ministério das Cidades, afirmou que o Ministério já possui 754 indicadores municipais, além de mapas e dados visuais, que podem ser utilizados para embasar políticas públicas e combater a desigualdade.

6. EVENTOS (FÓRUNS, COLÓQUIOS, WORKSHOPS E SEMINÁRIOS)

Fórum Regional Ampliado Região Sul

Local: CIETEP – Centro Integrado dos Empregados e Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná, Curitiba/PR.

Data: 01/03/2007 de 10h às 12h.

Pauta: PAC e o Desenvolvimento Regional.

Presenças: Ministros Guido Mantega, Tarso Genro, Paulo Bernardo e o subchefe-executivo da



SRI Vicente Trevas; Conselheiros Adilson Ventura, Alceu Nieckarz, Arthur Carlos Peralta Neto, Francisco Alano, Paulo Vellinho, Rodrigo Loures, Zilda Arns. Convidados (127).

Resumo

O evento contou com a participação dos Ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão), que falaram sobre o impacto do Programa de Aceleração do Crescimento para o Desenvolvimento Regional. Na ocasião, os presidentes das federações das indústrias da Região Sul entregaram um documento ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pedindo alteração da política cambial. No mesmo documento, os empresários apontam para a necessidade de ampliação nos investimentos em infra-estrutura na região. O material adverte para a disparidade entre a demanda nos três Estados e as obras previstas no PAC. A necessidade do Sul é de R\$ 9,3 bilhões nessa área, enquanto o PAC prevê R\$ 2,2 bilhões.

No encontro, o Ministro Guido Mantega anunciou medidas para conter a sobrevalorização do real: reduzir gradualmente a taxa interna do juro para diminuir a diferença com a taxa do dólar; aumentar a importação a fim de reduzir o superávit comercial; aumentar as reservas para diminuir a oferta de dólar no mercado; e ajudar as empresas a reduzir custos a fim de compensar a desvantagem do dólar.

III *Workshop* Agenda Nacional de Desenvolvimento – Governança Estratégica: Projetos de Desenvolvimento

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF.

Data: 20/03/2007 de 15h às 18h.

Presenças: Conselheiros: Clemente Ganz Lúcio, Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo, Tânia Bacelar. Convidados (47).

Palestrante: Maria João Rodrigues, Professora e Conselheira especial da União Européia.

Resumo

Foi o terceiro *Workshop* realizado pelo Conselho, sempre com o objetivo de socializar com os órgãos governamentais, com universidades, institutos de pesquisa e entre os próprios Conselheiros os trabalhos desenvolvidos no âmbito do CDES.

Os dois primeiros *Workshops* foram dedicados à Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) e este, de certa forma, também, porque todos os trabalhos do Conselho, a partir da consolidação da AND, da visão de futuro nela definida e das diretrizes estratégicas nela traçadas, passaram a ser orientados pelo trabalho preliminar da Agenda.

Como o diálogo com a experiência européia é feito, praticamente, desde o início do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o *Workshop* sobre Governança Estratégica e Projetos de Desenvolvimento contou com a colaboração da Professora Dra, Maria João Rodrigues, presidente do Conselho das Ciências Sociais da Comissão Européia, que vem prestando ao CDES uma inestimável colaboração.

No que se refere à troca de experiências sobre governança estratégica, Maria João apresentou o processo de construção da Agenda de Desenvolvimento da União Européia e como está sendo implementada, as suas dificuldades e os seus avanços.

O desenvolvimento desse diálogo tem sido bastante frutífero, tendo se transformado em insumo fundamental para os trabalhos e reflexões do Conselho, principalmente no momento de realização do *Workshop*.

O debate levou em conta os desafios que foram colocados pelo Governo e pelo próprio Presidente da República de mobilizar a sociedade para que, tanto o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) tivessem êxito.



Colóquio Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros

Local: Palácio do Planalto, Sala de Reuniões da SENAD/PR, Brasília/DF.

Data: 30/03/2007 de 10h às 12h.

Pauta: Elaborar um projeto de apoio ao IHGB e aos institutos estaduais.

Presenças: da SEDES, Ana Starling, Esther Bemerguy Albuquerque, Hilda Figueiredo de Moraes. Convidados (10).

Resumo

Os objetivos do evento foram: 1) Discutir uma política nacional direcionada aos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil com o objetivo de criar um Sistema Nacional com a finalidade de resgatar, promover e manter a memória nacional, incluindo a memória das cidades; e 2) Elaborar um projeto de apoio ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e aos Institutos Históricos Estaduais via Lei Rouanet que atenda às necessidades destas instituições de forma a promover e manter o resgate da memória nacional.

Workshop Prêmio ODM Internacional e a experiência do Prêmio ODM Brasil

Local: Palácio do Planalto, Sala 87, Brasília/DF.

Data: 05/11/2007 de 10h às 12h.

Participantes: Ana Rosa Soares – PNUD; Gleyse Peiter – ONG Nós Podemos; Wagner Caetano – Secretaria-Geral/PR; Cristina Quadra e Ana Starling – SEDES; Bertrand Duruflé – Secretaria-Geral da AICESIS; Fabio Bisogni – FORMIT; Olivier Latulippe – WSA; Catherine Enck - TOTAL; Hanifa Mezoui – ECOSOC; Jean-Yves Tollet – Acerlor Mittal; Hadas Label – CESE.

Resumo

O evento foi promovido pela Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), presidida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. O evento proporcionou a troca de experiência entre os organizadores e responsáveis pelo Prêmio ODM Brasil e pelo Prêmio ODM Internacional, oportunidade na qual puderam ser compartilhadas as experiências e informações sobre os dois prêmios.

Seminário Reforma Política

Local: Auditório da Confederação Nacional do Comércio – CNC, Brasília/DF.

Data: 14/06/2007 de 09h às 18h.

Presenças: Autoridades Ministro Walfrido dos Mares Guia – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais; Ministra Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Senador Tião Viana – Vice-presidente do Senado Federal; Deputado Federal Arlindo Chinaglia – Presidente da Câmara dos Deputados; Senador Romero Jucá Filho – Líder do Governo no Senado Federal; Deputado José Múcio Monteiro Filho – Líder do Governo na Câmara dos Deputados;

Conselheiros: Adilson Ventura, Antônio Neto, Artur Henrique, Bruno Ribeiro, Cezar Britto, Dom Luiz Demetrio Valentini, João Bosco Borba, Jorge Nazareno Rodrigues, José Antônio Moroni, Juçara Dutra, Nair Goulart, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Rodrigo Loures, Rozani Holler, Sérgio Haddad, Virgílio Costa, Zaire Rezende, Zilda Arns.

Expositores: Deputado Federal Ronaldo Caiado (DEM/GO) – Relator do PL da Reforma Política; Professor Renato Janine Ribeiro – Diretor de Avaliação da CAPES, Professor da Universidade de São Paulo – USP; Ministro Nelson Jobim – Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal – STF; Deputada Federal Luiza Erundina (PSB/SP) – Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

Debatedores: Professor Jairo Nicolau – Professor e pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ; Professor Antônio Octávio Cintra – Consultor Legislativo do Câmara dos Deputados; Professora Cristina Buarque – Professora da Universidade Federal de Pernambuco; Conselheiro Rodrigo Collaço – presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Professor Fernando Abrúcio – Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP e articulista; Professor Lucio Rennó – Professor e pesquisador da Universidade de Brasília – UnB; Francisco Antônio da Fonseca Menezes – Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.



Resumo

Os participantes do Seminário sobre Reforma Política ressaltaram a necessidade de promover as mudanças com a participação de toda a sociedade.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Conselheiro do CDES, Rodrigo Collaço, chamou atenção para os riscos da insatisfação popular em relação à política. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) publicou uma cartilha com os principais pontos da Reforma Política para incentivar a participação da sociedade.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e Conselheiro do CDES, Rodrigo da Rocha Loures, propôs a instituição de uma constituinte para realizar a Reforma Política no País, composta por representantes do Congresso e por alguns eleitos especificamente para a função. Segundo ele, a Constituinte poderia também debater as reformas tributária e previdenciária. Ele considera que é importante haver o envolvimento e respaldo da sociedade para que as mudanças reflitam os anseios da nação.

O Deputado Federal Ronaldo Caiado (DEM/GO), relator do Projeto de Lei da Reforma Política disse acreditar que não será fácil a aprovação de uma Constituinte, medida que exige apoio de um grande número de parlamentares.

Outra questão bastante discutida durante o seminário foi a aprovação do voto em lista fechada, que determina ao eleitor votar no partido, e não mais no candidato. Caiado se mostrou favorável à adoção de uma proposta híbrida, que seja capaz de obter maior consenso entre os parlamentares.

Seminário A União Européia e o Mercosul: a contribuição das instituições da sociedade civil para o desenvolvimento nacional e regional

Local: Palácio do Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF.

Data: 18/07/2007 de 9h às 18h30.

Presenças: Conselheiros Adilson Ventura, Arildo Mota Lopes, Dom Luiz Demetrio Valentini, João Paulo dos Reis Velloso, Joênia Batista Carvalho, Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Cosenzo, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Lutfala Bitar, Nair Goulart, Paulo Simão, Paulo Tigre, Paulo Vellinho, Rozani Holler, Zaire Rezende; convidados (95).

Autoridades: (mesa de abertura): Ministro Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado Chefe SRI/PR, Secretário-Executivo do CDES; Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro Interino das Relações Exteriores; Ministro Luiz Dulci, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República; Senhor Dimitri Dimitriadis, Presidente do Comitê Econômico e Social Europeu; Ministro Carlos Chacho Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul – mandato supranacional; Senador Sérgio Zambiasi, presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul.

Palestrantes: Carlos Chacho Alvarez – presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul – mandato supranacional; Félix Peña – Diretor do Módulo Jean Monnet da Universidade Nacional de Três de Febrero (UNTREF); Marina Arismendi – Ministra do Desenvolvimento Social do Uruguai; Victor Hugo Peña – Ministério das Relações Exteriores – Paraguai; José Botafogo Gonçalves, diplomata – presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI; Conselheiro João Paulo dos Reis Velloso; Conselheiro Naomar Monteiro de Almeida; e Conselheiro Paulo Tigre.

Resumo

O objetivo de intercambiar experiências sobre os processos de integração e diálogo social no Mercosul e na União Européia, focalizando o papel das instituições da sociedade civil no desenvolvimento nacional e regional.

A parceria entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, celebrada por meio da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, e o Comitê Econômico e Social Europeu está baseada no entendimento comum da importância de consolidar instrumentos



democráticos e no desejo de reforçar as relações entre países e regiões da Europa e da América do Sul.

Os painéis e debates programados abordaram a situação atual do processo de integração regional no Mercosul e na União Européia, enfocando as políticas sociais, a integração de infraestrutura e a participação da sociedade civil, conforme programação que segue anexa.

Ao promover o intercâmbio dessas experiências, o Seminário pretendeu reforçar o caráter estratégico da participação da sociedade civil na promoção do diálogo e da compreensão mútua entre as instituições da América Latina e da União Européia.

A conclusão dos participantes do seminário é que a participação da sociedade civil será primordial no processo de integração entre o Mercosul e a União Européia. O evento foi promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República e pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), que irão elaborar uma agenda permanente de cooperação.

Houve consenso entre os participantes sobre a necessidade de intensificar o diálogo dos representantes das sociedades dos dois blocos econômicos, que deve ser pautado pela busca de equidade social e pelo fortalecimento das instituições, do processo democrático e dos direitos coletivos. O presidente do Comitê de Acompanhamento da América Latina do CESE, José Rodrigues Garcia-Caro, afirmou que é necessário aperfeiçoar a democracia representativa e participativa dos países dos blocos. Victor Hugo Pena, do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, destacou os temas que merecem ser debatidos por toda a sociedade dos países envolvidos: política agrícola e energética, imigração, direitos humanos e desenvolvimento regional. O Conselheiro do CDES, Dom Demetrio Valentini, declarou que é preciso lutar para que a integração no Mercosul seja feita com mais inclusão social. De acordo com o representante do grupo dos trabalhadores do CESE, José Maria Zufiaur, a sociedade européia atual não protege os seus cidadãos dos efeitos da globalização.

7. ATIVIDADES INTERNACIONAIS

As atividades internacionais do CDES já se desenvolvem desde o primeiro ano de atividades do conselho. No entanto, em 2007 foi constituída na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social uma diretoria de assuntos internacionais. A estruturação desta diretoria está estreitamente ligada às atividades oriundas da assunção do CDES à presidência da AICESIS em junho do mesmo ano. Com isto, a SEDES e o CDES foram demandados pela Associação com inúmeras atividades e rotinas, tendo sido necessário constituir uma equipe para acompanhar estas demandas.

CDES/BR - CNEL/IT – I Encontro (videoconferência) - Instalação dos Grupos Interinstitucionais de Trabalho

Local: INTERLEGIS, Senado Federal, Brasília/DF.

Data: 29/03/2007 de 9h às 12h.

Presenças: Conselheiros João de Deus Duarte Rocha, Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Cosenzo (Conselheiro João de Deus Duarte Rocha), Joseph Couri. Convidados (8).

Resumo

A cooperação internacional é um campo de ação estratégica do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tendo como objetivos a preparação de equipes e a formação de redes de troca de experiências para reforçar a expansão e a cultura do diálogo social. Em junho de 2003, foi firmado o Acordo Interinstitucional entre o Conselho Nacional de Economia e Trabalho da Itália (CNEL) e o CDES, prevendo cooperação técnica e operacional e troca de informações, publicações e bancos de dados, contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades dos respectivos Conselhos.



Desde a assinatura do Acordo, uma delegação do CDES foi conhecer o CNEL e participou da instalação do Conselho Ítalo-Brasileiro sobre Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, no qual CDES e CNEL têm assento.

Os Conselhos trabalharam na composição de uma agenda conjunta para cooperação técnica sobre temas relevantes para o desenvolvimento e aumentar a capacidade de diálogo social e de contribuição do CDES para o aperfeiçoamento da democracia. Decidiu-se realizar reuniões bilaterais com a participação de Conselheiros especialistas e troca de informações.

O evento em questão foi realizado através de videoconferência com o presidente do Conselho Nacional de Economia e Trabalho da Itália, Antonio Marzano, para instalação de dois grupos de trabalho compostos por Conselheiros do CNEL/IT e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil CDES/BR. Os grupos tratarão dos temas: Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo e Segurança Pública e Combate à Criminalidade.

O tema Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo foi apresentado pelo Conselheiro Joseph Couri, coordenador, pelo CDES, do GT Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo, que disse que o interesse do CDES é trocar experiências com Conselheiros do CNEL, especialistas no assunto, sobre o processo de diálogo com atores do segmento. O Conselheiro destacou a importância da regulamentação da Lei da Micro e Pequena Empresa no Brasil e ressaltou que os empresários brasileiros podem aprender muito com experiência organizacional das micro e pequenas empresas italianas. O representante do CNEL italiano, Pietro Spallanzani, disse que o segmento de micro e pequenos empresários representa 95% do empresariado da Itália.

O tema Segurança Pública e Combate à Criminalidade foi apresentado pelo Conselheiro João de Deus Duarte Rocha, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Em sua intervenção o Conselheiro apresentou os principais problemas em três áreas da segurança pública: 1) Criminalidade Econômica – combate à pirataria, ao crime organizado e aos produtos falsos; 2) Criminalidade na Administração Pública – combate à fraude de concorrências e à formação de cartéis; 3) Segurança Cidadã – como a sociedade civil pode atuar junto ao Governo no resgate de valores humanistas, na análise dos fatores inibidores e motivadores do crime e na reintegração do preso na sociedade. O tema Segurança Pública e Combate à Criminalidade esteve sempre em destaque nos debates dos Conselheiros e nas formulações, em 2005, da Agenda Nacional de Desenvolvimento e, em 2006, dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento.

O Presidente Antonio Marzano coordenou a delegação do CNEL, que contou com a participação da Presidente da Comissão Internacional, Francesca Santoro, do vice-presidente desta comissão, Angelo Gennari, do representante do ministro do exterior, Francesco M. Talò, do coordenador do Grupo de Trabalho sobre pequena e média empresa, Conselheiro Ivano Spallanzani, do coordenador do Observatório da Criminalidade, Conselheiro Marcello Tocco, e dos Conselheiros Lelio Grassucci, Amedeo Croce e Anna Corossacz.

A delegação do CDES foi coordenada pela titular da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES, Esther Bemerguy Albuquerque. Participaram da reunião o subchefe da Secretaria de Assuntos Federativos, Vicente Trevas, representando o Ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia; o coordenador do GT Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo, Conselheiro Joseph Couri; o Conselheiro João de Deus Duarte Rocha, representando o coordenador do Grupo de Trabalho Segurança Pública e Combate à Criminalidade; os Conselheiros Jorge Nazareno Rodrigues e José Carlos Cosenzo; o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto; o Desembargador Floriano Gomes da Silva Filho, da Associação dos Magistrados do Brasil; Gustavo Nonato, do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio; José Almir da Silva, da Secretaria Nacional de Juventude/SG-PR; Márcia Ustra Soares e Maria Beatriz Corrêa Salles, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Rosimar Suzano, do Ministério das Relações Exteriores.



Assembléia Geral da AICESIS

Local: Pequim, China.

Data: 19/06/2007 a 21/06/2007.

Presenças: Ministro Walfrido dos Mares Guia; da SEDES, Secretária Esther Bemerguy Albuquerque e Ana Lúcia Starling.

Resumo

Na ocasião, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Walfrido dos Mares Guia, que também é Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tomou posse da Presidência da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) para o mandato 2007/2009. O Ministro Mares Guia substituiu Wang Zhongyu, presidente do Conselho Econômico e Social da China. Durante a Assembléia, o ministro confirmou que o Brasil sediará o 11º Encontro Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares em 2009. O tema sugerido para a presidência do Brasil à frente da AICESIS será "Desenvolvimento com Equidade". "Estou convicto que o desenvolvimento pretendido vai ao encontro dos anseios dos membros desta Associação Internacional, devendo contemplar a articulação entre o social e o econômico, entre o crescimento e a distribuição de renda, o respeito à diversidade de culturas e valores e à sustentabilidade ambiental", declarou a associação com a nova composição de conselhos-membro que permanecerá até o final do mandato bianual da presidência brasileira.

CDES/BR - CNEL/IT - II Encontro dos Grupos Interinstitucionais de Trabalho

Local: Palácio do Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF.

Data: 18/07/2007 de 9h às 18h.

Presenças: Conselheiros CDES Cezar Britto, Jorge Nazareno Rodrigues, José Antônio Moroni, José Carlos Cosenzo, Joseph Couri, Márcio Lopes de Freitas, Rodrigo Collaço, Rozani Holler; Conselheiros CNEL: Filippo Minotti, Marcello Tocco e membros Anna Corossacz e Glauco Maglio.

Resumo

O evento deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos dois Grupos de Trabalhos criados na cooperação bilateral entre os dois Conselhos – Segurança Pública e Combate à Criminalidade e Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo. Além do encontro dos dois grupos, os Conselheiros italianos se reuniram com representantes do Ministério da Justiça e visitaram a cooperativa 100 Dimensão em Brasília.

CDES/BR - CNEL/IT - III Encontro dos Grupos Interinstitucionais de Trabalho e II Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro

Local: Ministério das Relações Exteriores, sala Ruy Barbosa - 9h30 às 18h.

Data: 26/11/2007.

Participantes: do CDES, Conselheiro Arildo Mota Lopes; do CNEL, Conselheira Anna Corossacz; convidados: Marcos Tavares Leite, (Representante do Conselheiro Joseph Couri), Pedro Lyra (representante do Ministério da Justiça).

Resumo

O Conselho Ítalo-Brasileiro é mais um espaço para o desenvolvimento da agenda da cooperação bilateral entre o CDES e o CNEL. Na oportunidade, estiveram em pauta temas do grupo de trabalho bipartite, resultante da parceria entre CDES e CNEL, que tratou de Micro e Pequenas Empresas e Cooperativismo. O debate sobre esses temas permitiu avançar na explicitação dos desafios e para a construção de proposições estratégicas que contribuam com os planos que estão sendo elaborados por diferentes segmentos para o desenvolvimento do País

Cerimônia de entrega do 1º Prêmio Internacional Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Local: Palácio do Planalto, Salão Oeste, Brasília/DF.

Data: 05/11/2007 de 14h às 16h.

Presenças: Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Ministros Luiz Dulci, Miguel João Jorge Filho,



Patrus Ananias, Walfrido dos Mares Guia; Conselheiros Bruno Ribeiro, Laerte Teixeira da Costa, Paulo Simão, Paulo Vellinho. Convidados (102).

Resumo

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de entrega do 1º Prêmio Internacional Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O prêmio é uma parceria entre a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e a Rede de Organizações Não-Governamentais (ONGs) da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo é reconhecer as ações de organizações da sociedade civil por seus esforços no combate à exclusão social. Serão premiados os Conselhos Econômicos e Sociais de Mali e da Costa do Marfim e as ONGs *Fundacion Hernandiana*, da Argentina, e *Good Neighbors International*, da Coréia do Sul.

A abertura do evento foi feita pelo Ministro de Estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Walfrido dos Mares Guia, que também é presidente da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS para o biênio 2007/2009. A AICESIS é uma organização intergovernamental que reúne os conselhos econômicos e sociais de 65 países da África, da Europa, da América Latina e da Ásia. Também participou da cerimônia o Ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, responsável pela coordenação do Prêmio ODM Brasil 2007. A criação do Prêmio ODM Brasil foi proposta pelo Governo Federal na abertura da I Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004. A ação conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O evento contou ainda com a participação de Hannifa Mezoui, membro do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e do secretário-geral da AICESIS, Bertrand Duruflé.

O objetivo da premiação é fortalecer o papel das ONGs que trabalham em sintonia com Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

1ª Parte da Reunião do Conselho de Administração da AICESIS

Local: Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília/DF.

Data: 05/11/2007 de 18h às 20h.

Presenças: Ministro Walfrido dos Mares Guia, subchefe Márcio Favilla Lucca de Paula; Conselheiros João Bosco Borba, Laerte Teixeira da Costa, Maurílio Biagi Filho, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Simão. Convidados (26)

Resumo

O Ministro Walfrido dos Mares Guia abriu a reunião do Conselho de Administração consultando os demais membros sobre a Ordem do Dia. Faziam parte dos itens da pauta os seguintes temas:

- 1) Estratégia da AICESIS no que se refere aos Objetivos do Milênio. A senhora Hanifa Mezoui (ECOSOC) fez uma apresentação sobre os Centros de Excelência em ODMs. Hanifa Mezoui informou aos participantes que o Centro Internacional de Excelência em ODMs com sede em Genebra lançou seu *website*, do qual ela fez uma breve apresentação;
- 2) Preparação da Assembléia-Geral de Roma em 2008;
- 3) Substituição do Secretário-Geral. O Senhor Bertrand Duruflé informou que deseja se afastar da função em dezembro de 2008. O Ministro Mares Guia abriu a palavra aos demais participantes para que se buscasse um consenso sobre a metodologia que definirá a substituição do cargo, lembrando que o Conselho Francês lançava a candidatura do Senhor Patrick Venturini. Houve algum debate em torno da conveniência desta candidatura e ficou decidido que os nomes de candidatos devem ser apresentados de acordo com o perfil definido em Madri; o prazo para lançamento das candidaturas é 20/05/08; a escolha se dará na Assembléia-Geral em Roma; e o novo Secretário-Geral assumirá em 02/01/2009.
- 4) Estatuto e Regimento Interno. O Ministro Walfrido dos Mares Guia consultou os participantes se haveria algum interesse em realizar mudanças no estatuto e regimento interno da Associação. A maioria votou pela não mudança.



2ª Parte da Reunião do Conselho de Administração da AICESIS

Local: Lençóis/BA.

Data: 06/11/2007 de 09h às 18h.

Presenças: Ministro Walfrido dos Mares Guia, subchefe Márcio Favilla Lucca de Paula; Conselheiros João Bosco Borba, Laerte Teixeira da Costa, Maurílio Biagi Filho, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Simão. Convidados (31)

Resumo:

Pela manhã, visita à fábrica BrasilEcodiesel em Iraquara. À tarde, continuação da Ordem do Dia com os seguintes pontos de pauta:

- 1) Desenvolvimento das ações da AICESIS para disseminar a criação de novos Conselhos Econômicos e Sociais no mundo.
- 2) Escolha do tema de trabalho para 2007-2009.
 - Formação do Grupo de Trabalho
 - Metodologia de Trabalho
 - Designação do Relator
- 3) Atuação da AICESIS no ECOSOC, OIT e outros organismos internacionais.
- 4) Funcionamento da AICESIS.
 - Atuação dos membros do Conselho de Administração
 - Organização das reuniões do CA
 - Prestação de contas e discussão da contribuição anual dos membros

A reunião culminou com a assinatura de um acordo entre o CDES e o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). As duas entidades vão organizar uma sessão de trabalho sobre energia na próxima Reunião Plenária do CESE e prometeram intensificar os trabalhos de cooperação.

8. MISSÕES INTERNACIONAIS

Seminário Internacional “Diálogo Social na América Latina – Fortalecendo a Democracia”

Data: 23 e 24/04/2007.

Local: Santiago, Chile.

Presenças: Conselheiro Jorge Nazareno e Secretária-Adjunta da SEDES, Ângela Gomes.

Resumo

O Seminário foi promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, como conclusão do seu Projeto “Fortalecimento dos Mecanismos Institucionais para o Diálogo Social”, do qual o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é parceiro técnico. A delegação do CDES participou dos debates e da avaliação geral do Projeto, e do Painel “Coesão Social, Desenvolvimento e Competitividade”, apresentando o conceito acordado no Conselho sobre desenvolvimento e as propostas dele resultantes, expressas na Agenda Nacional de Desenvolvimento. A delegação foi composta pela Secretária-Adjunta do CDES, Ângela Gomes e do Conselheiro Jorge Nazareno.

Visitas aos Conselhos Econômicos e Sociais da Holanda, da Hungria, de Portugal e da Espanha.

Data: 07/09/2007 a 15/09/2007.

Local: Espanha, Países Baixos, Hungria e Portugal.

Presenças: Márcio Favilla Lucca de Paula (subchefe-executivo da SRI), Esther Bemerguy Albuquerque (secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e Ana Starling (diretora da Diretoria de Tecnologia do Diálogo Social/SEDES).

Objetivos:

- 1) Conhecer alguns dos Conselhos Econômicos e Sociais que fazem parte do Conselho de Administração da AICESIS (Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares);
- 2) Conhecer as expectativas sobre os próximos dois anos da gestão brasileira e o interesse dos conselhos no tema de trabalho proposto pelo Brasil: Desenvolvimento com equidade e



ambientalmente responsável; e

3) Preparar a próxima reunião do Conselho de Administração da AICESIS, que será realizada em Brasília e Lençóis/BA, no dia 6 de novembro. O segundo dia da reunião será em Lençóis para que os Conselheiros conhecessem uma planta de produção de biodiesel, que utiliza mamona, girassol e outras oleaginosas na fabricação desse produto.

Resumo

Para dar efetividade à Reunião do Conselho de Administração da AICESIS em novembro de 2007, uma delegação da Secretaria de Relações Institucionais visitou quatro Conselhos membros da AICESIS, dos quais três também membros do Conselho de Administração da AICESIS: Portugal (hoje o país preside a União Européia, tornando-se interlocutor de peso no cenário internacional), Holanda (o primeiro Conselho Econômico e Social a presidir a Associação no biênio 1999-2001) e Hungria (CES tido como referência segundo Maria João, consultora portuguesa do CDES, devido à sua participação ativa na área econômica da Hungria que é um membro recente da União Européia). A visita à Espanha, país não-participante do Conselho de Administração, teve como objetivo a sedimentação de relações dentro da AICESIS, pois a Espanha participou da estrutura na gestão passada e é um importante conselho pela sua atuação na Europa e foi o principal conselho a inspirar a formação do CDES.

Visita de Benin ao CDES

Local: SEDES.

Data: 19/09/2007 a 21/09/2007.

Presenças: Sr. Tabè Gbian, Vice-presidente do CES e chefe da delegação; Sr. Jean Baptiste Elias, segundo-secretário do Bureau do CES; Sr. Simon Gnansounou, Conselheiro do CES; e Sra. Rachidath Okanla Bakary, Secretária-Geral do CES.

Resumo

Como objetivo de aproximar os conselhos CDES e o Conselho Econômico e Social de Benin, este visitou o CDES entre os dias 19 e 21 de setembro. Na oportunidade, participaram da Reunião Plenária do CDES, visitaram a Secretaria de Turismo do GDF, FIBRA e Fecomércio DF.

Reunião do Segmento de Alto Nível da Secretaria Geral para Mudanças Climáticas

Data: 24/09/2007.

Local: Nova Iorque/EUA.

Presenças: Ângela Gomes, Secretária-Adjunta da SEDES, e Maria Luiza Falcão, Gerente de Projetos da SEDES.

Resumo

Como o tema de trabalho durante a presidência do Brasil na AICESIS (Associação dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares) envolve um estreito comprometimento com o fenômeno das mudanças climáticas e na responsabilidade ambiental, a SEDES participou do importante encontro na ONU sobre o tema onde vários países colocaram seus posicionamentos e soluções possíveis de serem seguidas para amenizar o impacto e os efeitos das mudanças climáticas no mundo.

O evento foi promovido durante a 62ª Assembléia-Geral das Organizações das Nações Unidas – ONU e foi uma iniciativa do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, com o objetivo de mobilizar a comunidade internacional para uma negociação de um novo acordo global sobre mudanças climáticas, espécie de preparação para o encontro de Bali em dezembro. O interesse do CDES se justifica porque o tema de trabalho da Presidência brasileira na AICESIS tem relação com a responsabilidade ambiental.

Além disso, as representantes da SRI, Ângela Gomes, Secretária-Adjunta da SEDES, e a Gerente Maria Luiza Falcão participaram de um Seminário promovido pelo Bildner Center for Western Hemisphere Studies, para falar sobre a experiência brasileira da implantação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).



XII Congresso Internacional do CLAD (Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento) – Reforma do Estado e a Administração Pública

Data: 30/10/2007 a 02/11/2007.

Local: Santo Domingo, República Dominicana.

Resumo

A Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Esther Bemerguy, a Gerente de Projetos do Conselho, Rosa Maria Nader e o Conselheiro Sérgio Haddad foram ao Congresso Internacional do CLAD apresentar a experiência brasileira de implantação do Observatório da Equidade e relatar os resultados de seu primeiro ano de funcionamento.

9. PUBLICAÇÕES

O trabalho desenvolvido pelo CDES é consubstanciado em projetos, atas, relatórios, informes e outros documentos. Com o intuito de divulgar a produção principal e mais recente, o Conselho publicou, nos três últimos anos, os seguintes documentos:

- Agenda Nacional de Desenvolvimento
- Anais do Seminário sobre Desenvolvimento: Agenda Nacional de Desenvolvimento em debate
- Livro “Reconsiderar a Riqueza”, Patrick Viveret (parceria com a Universidade de Brasília)
- Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento
- Observatório da Equidade - Relatório de Observação nº 1
- Anais do Seminário “Reforma Política”
- Anais dos Seminários “Novos Indicadores de Riqueza”
- Relatório de Observação das Desigualdades na Escolarização no Brasil nº 2

Estes documentos e demais informações sobre o CDES estão disponíveis, também, para consulta no sítio www.cdes.gov.br ou nos arquivos da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES.



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

Secretaria de
Relações Institucionais

